



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**Informação sobre sustentabilidade de acordo com as
orientações do Global Reporting Initiative – O caso da Terra
Fértil**

Rodrigo Luís Catalão Moura

Mestrado em Gestão Aplicada

Doutora Isabel Lourenço, Professora Catedrática, ISCTE-IUL

Janeiro, 2022



BUSINESS
SCHOOL

Informação sobre sustentabilidade de acordo com as orientações do Global Reporting Initiative – O caso da Terra Fértil

Rodrigo Luís Catalão Moura

Mestrado em Gestão Aplicada

Doutora Isabel Lourenço, Professora Catedrática, ISCTE-IUL

Janeiro, 2022

Agradecimentos

À Professora Doutora Isabel Lourenço, pela disponibilidade, amabilidade e dedicação que colocou na coordenação deste projeto.

À Entidade, mais concretamente ao Engenheiro Mário Moura, à Engenheira Irina Domingos, à Engenheira Mara Branco e à Engenheira Tânia Matos, agradeço a colaboração e o interesse que mostraram pela elaboração deste trabalho.

Aos meus pais e aos meus irmãos, o meu mais sincero agradecimento por apoiarem não só o meu desenvolvimento académico e profissional, mas também por estarem sempre presentes e motivarem-me todos os dias.

À minha namorada pelo carinho e apoio que me deu ao longo desta jornada, por todos os momentos felizes que partilhámos e por acreditar nas minhas valências.

Aos meus grandes amigos Alexandre e Gabriel por proporcionarem momentos de descontração, amizade e alegria.

Aos meus managers Magda e João que apesar do fluxo intenso de trabalho tiveram a preocupação de não sobrecarregar a minha agenda e à atenção de perguntar, frequentemente, como estava a correr o desenvolvimento do projeto.

Aos meus colegas Rodrigo Correia, Rodrigo Sanches, Catarina, Margarida, e Sofia pelos momentos de riso, companheirismo e amizade. Obrigado a todos.

Resumo

Os relatórios de sustentabilidade são um meio para fortalecer a credibilidade das empresas. Atualmente, são também considerados como a ferramenta mais utilizada para a divulgação de informações não financeiras aos stakeholders. As diretrizes do GRI (Global Report Initiative) são as mais usadas na preparação de relatórios de sustentabilidade. Este projeto analisa as práticas de sustentabilidade da “Terra Fértil”, uma empresa do setor ambiental e agrícola. Com base na análise documental e na realização de um conjunto de entrevistas semiestruturadas, apresenta-se uma proposta de informação a divulgar por esta empresa num relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes do GRI. Este projeto demonstra que é possível preparar informação estruturada sobre sustentabilidade não apenas em grandes empresas, mas também em empresas de menor dimensão. Além disso, espera-se que este projeto traga benefícios para a empresa em análise, fomentando a reflexão sobre as medidas que estão a ser e possam vir a ser desenvolvidas de modo a promover o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa, Global Reporting Initiative, Relatório de Sustentabilidade

Códigos de Classificação JEL: M14 (Corporate Culture; Diversity; Social Responsibility), Q01 (Sustainable Development)

Abstract

Sustainability reports are a mean to strengthen the credibility of companies. Currently, they are also considered to be the most widely used tool for publicizing non-financial information to stakeholders. The GRI (Global Report Initiative) guidelines are the most used in the preparation of sustainability reports. This project analyzes the sustainability practices of "Terra Fértil", a company that operates in the agricultural and environmental sector. Based on the documentary analysis and a series of semi-structured interviews, this project presents a proposal for information to be shared by this company in a sustainability report in accordance with the GRI guidelines. This project demonstrates that it is possible to prepare structured sustainability information not only in large companies but also in smaller companies. In addition, it is expected that this project will bring benefits to the company by stimulating reflection on the measures that are being established and may be developed to promote sustainable improvement.

Keywords: Corporate Social Responsibility, Global Reporting Initiative, Sustainability Report

JEL classification codes: M14 (Corporate Culture; Diversity; Social Responsibility), Q01 (Sustainable Development)

Índice Geral

Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. Enquadramento teórico	3
2.1 As práticas de sustentabilidade e os relatórios de sustentabilidade.....	3
2.2 Determinantes da divulgação de informação sobre sustentabilidade.....	6
2.3 Os organismos emissores de Normas de relato de sustentabilidade	11
2.4 As Normas de sustentabilidade do GRI.....	13
Capítulo 3. Metodologia	15
3.1 Escolha da empresa objeto de análise.....	15
3.2 Recolha de dados.....	16
Capítulo 4. Resultados	18
4.1 Caracterização da empresa objeto de análise	18
4.1.1 História da Empresa.....	18
4.2 Aplicabilidade das Normas GRI.....	21
4.3 Proposta de informação a divulgar em conformidade com as Normas GRI	22
4.3.1 Proposta de divulgação de natureza geral sobre a empresa	22
4.3.1 - a) Mensagem do Diretor Geral.....	22
4.3.1 – b) Tópicos materiais e matriz de materialidade	24
4.3.1 – c) Perfil da Entidade Relatada	24
4.3.2 Proposta de divulgação de natureza econômica.....	28
4.3.3 Proposta de divulgação de natureza ambiental	31
4.3.4 Proposta de divulgação de natureza social.....	40
Capítulo 5. Conclusão.....	46
Referências Bibliográficas.....	47
Anexos	50
Anexo A: Breve explicação das normas não aplicáveis	50
Anexo B: Demonstração de Resultados de 2020	52

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Informação das entrevistas realizadas.....	17
Tabela 2 – Aplicabilidade das Normas GRI	21
Tabelas 4 e 5 – Consumo de gásóleo e eletricidade em 2020.....	35
Tabela 6 – Resultados obtidos da monitorização dos agentes químicos.	36

Índice de Imagens

Figura 1 – Matriz de Materialidade	24
Figura 2 – Organigrama da empresa.....	27
Figura 3 – Fontes de energia utilizadas e equipamentos utilizados	34
Figura 4 – Entradas de resíduos e as suas origens	38
Figura 5- Diagrama descritivo das atividades desenvolvidas	39

Glossário de siglas

DPO – Declaração de Planeamento de Operações

PGL – Plano de Gestão de Lamas

CSR - Corporate Social Responsibility

ETAR - Estações de Tratamento e Águas Residuais

OGR – Operador de Gestão de Resíduos

TEP - Tonelada Equivalente Petróleo

OGR - Operador de Gestão de Resíduos

GRI – Global Report Initiative

SGI – Sistema de Gestão Integrado

AEVO – Associação de Empresas de Valorização Orgânica

Capítulo 1. Introdução

Este projeto tem como objetivo analisar as práticas de sustentabilidade da Entidade “Terra Fértil” e apresentar uma proposta de informação a divulgar por esta empresa num relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes do GRI (Global Report Initiative). Estas diretrizes são as mais aceites a nível internacional, sendo reconhecidas e utilizadas para medir e reportar as práticas de sustentabilidade das organizações (Molla, Ibrahim & Ishak, 2019).

A divulgação de informação sobre sustentabilidade gera vários benefícios para as empresas, permitem contribuir para a construção de uma imagem ética e legítima (SIRAN, KLD e Social Investment Forum, 2008; Erlandsson e Olinder, 2009), melhorar as relações entre os stakeholders e desenvolver uma imagem positiva entre os clientes, as autoridades estatais, os jornalistas, os investidores e contribuir para o seu sucesso financeiro e ajudar a atrair capitais a longo prazo (Morsing e Schultz, 2006).

Quando se fala especificamente da regulamentação da divulgação não financeira, as grandes empresas de interesse público de cada Estado-Membro são obrigadas a divulgar informações não financeiras nos termos da Diretiva 2014/95/UE, embora os requisitos específicos dependam da sua transposição por cada Estado-Membro (Directive 2014/95/EU of the European Parliament).

Atualmente, as normas do GRI são reconhecidas como uma das orientações mais importantes e mais usadas na preparação de relatórios de sustentabilidade (H. S. Brown, De Jong, & Lessidrenska, 2009).

A Terra Fértil é uma empresa responsável pela gestão e valorização de resíduos biodegradáveis. Atua no mercado da agricultura onde, atualmente, é líder de mercado. Ao ser responsável pelo escoamento de lamas produzidas em ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) urbanas e industriais, devidamente tratadas e estabilizadas, faz parte da resolução de um problema ambiental.

Foram realizadas diferentes entrevistas, onde foram recolhidas informações tanto da parte dos colaboradores como da parte da Direção. Depois de recolhida e analisada a informação, preparou-se uma proposta de divulgação de informação a incluir num relatório de sustentabilidade de acordo com as orientações do GRI, que contempla informação natureza geral da empresa, informação de natureza económica, informação de natureza ambiental e informação de natureza social.

A realização deste estudo foi importante para despertar mais interesse sobre práticas de sustentabilidade que a Entidade já adota ao dia de hoje. No entanto, pretende-se que sirva também para sensibilizar a Entidade a analisar temáticas que até à data ainda não tinham sido analisadas. Com a melhoria e adoção de novas práticas de sustentabilidade a Entidade poderá fortalecer as relações com os seus stakeholders.

Este projeto está organizado do seguinte modo: no capítulo 2 é feito um enquadramento teórico. No capítulo 3 descreve-se a metodologia. No capítulo 4, caracteriza-se a empresa e apresenta-se a proposta de informação a divulgar num relatório de sustentabilidade de acordo com as orientações do GRI. Finalmente, apresenta-se a conclusão deste projeto.

Capítulo 2. Enquadramento teórico

2.1 As práticas de sustentabilidade e os relatórios de sustentabilidade

Atualmente, as empresas têm uma maior preocupação com os aspetos sociais e ambientais e não apenas com o desenvolvimento económico da Entidade. Cada vez mais, estamos a caminhar, ainda que não ao ritmo desejado, para um mundo com mais empresas sustentáveis. Os primeiros passos foram dados por algumas multinacionais que começaram a apresentar relatórios sobre o seu desempenho de sustentabilidade, principalmente devido à pressão exercida pela sociedade, pelos governos, pelos investidores e por organizações não governamentais. As organizações estão a centrar-se na sustentabilidade como meio de criar valor para os acionistas e gerir os interesses dos stakeholders, incluindo trabalhadores, fornecedores, o governo, credores e sociedades em geral. O propósito das empresas evoluiu e já não se trata de garantir apenas a rentabilidade a longo prazo e a vantagem competitiva, mas também de contribuir para o bem-estar da sociedade, do planeta e dos seus habitantes. O envolvimento ativo das empresas é essencial para alinhar o planeta no caminho da sustentabilidade.

Em 1987, o célebre Relatório Brundtland, intitulado *Our Common Future*, colocou o conceito de desenvolvimento sustentável na agenda política. Este relatório publicado pela Comissão Brundtland, define o desenvolvimento sustentável como "o desenvolvimento que vai de encontro às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras também satisfazerem as suas necessidades".

Algumas organizações e algumas empresas começaram a manifestar preocupações com a Responsabilidade social corporativa, definida como uma contribuição voluntária das empresas para o desenvolvimento sustentável, que vai para além dos requisitos legais que são pedidos (Carroll 2006; Crane and Matten 2007; De Bakker et al., 2005).

A responsabilidade social corporativa pode ser vista também como a preocupação com a sustentabilidade empresarial. Dyllick and Hockerts (2002: 131) definem sustentabilidade empresarial como “satisfazer as necessidades diretas e indiretas dos stakeholders (..) sem comprometer a habilidade para ir de encontro às necessidades dos mesmos no futuro”. Para que as organizações sejam capazes de cumprir este objetivo é crucial “manter o capital económico, social e ambiental”.

Um conjunto de diferentes stakeholders (colaboradores, clientes, fornecedores, credores, autoridades públicas), que seguem diferentes interesses económicos, ambientais e sociais são

capazes de determinar o sucesso de uma Entidade (Buchholz and Rosenthal, 2005; Laplume et al., 2008), pelo que as empresas têm demonstrado uma crescente preocupação em atender às necessidades de um conjunto alargado de stakeholders.

Anteriormente, os relatórios empresariais tinham como foco fatores económicos e financeiros e eram preparados para atender essencialmente às necessidades de informação dos detentores de capital das empresas. Contudo, mais recentemente as empresas começaram a sentir a necessidade de reportar não apenas informação sobre o desempenho económico e financeiro, mas também sobre o desempenho ambiental e social e a reportar esta informação para atender às necessidades de um conjunto abrangente de stakeholders. Esta evolução colocou as empresas no caminho para o relatório de sustentabilidade.

Muitas empresas multinacionais já aderiram aos relatórios de sustentabilidade (Ehnert et al., 2016; Junior et al., 2014; KPMG, 2020). Este nível de aderência fez com que Cho et al., (2015) sugerisse que a elaboração de relatórios de sustentabilidade se tornasse institucionalizada. Ou seja, produzir um relatório de sustentabilidade tornou-se uma prática empresarial comum, pelo menos para as grandes empresas. Embora esta prática seja voluntária para as empresas, tornou-se lei de facto para as empresas (...) [de tal forma que as empresas que ainda não apresentam relatórios sobre as suas atividades de responsabilidade empresarial estão sujeitas a pressões significativas para iniciarem o fazerem" (KPMG, 2011, p. 2; ênfase no original).

Os organismos emissores de normas de relato empresarial desempenham um papel ativo na interpretação e emissão das normas de sustentabilidade à medida que se desenvolvem em campos institucionais (Czarniawska e Sevón, 1996). Os consultores, auditores e associações profissionais e empresariais, acompanharam as práticas de divulgação de relatórios de sustentabilidade e incentivaram as mesmas. Jacobsson e Sahlin-Andersson (2006) sugerem que a monitorização é uma forma dos organismos institucionais obterem autoridade para negociar e estabelecer as normas.

Um exemplo de como os organismos emissores de normas de relato empresarial desempenham um papel ativo na promoção de práticas institucionais particulares é a atribuição de prémios de relatórios ambientais, como os liderados pela (Association of Chartered Certified Accountants) ACCA, mas seguidos por outras organizações nacionais e internacionais como a Associação Europeia de Relatórios de Sustentabilidade (ESRA). Independentemente da intenção original destas organizações ter sido ou não influenciar o *reporting* de

sustentabilidade, a existência de regimes de atribuição de prêmios por si só é um motor para que mais empresas adiram aos relatórios, como foi observado, por exemplo, no caso das empresas da Malásia (Amran e Haniffa, 2011). Além disso, o efeito de comparação dos prêmios parece ter desempenhado um papel crucial no incentivo à experimentação e no desenvolvimento das práticas de sustentabilidade, tais como a garantia de relatórios e a apresentação de relatórios com metas definidas (Bebbington et al., 2012).

Para além da comunicação de prêmios, as empresas que prestam serviços de consultoria também desempenharam um papel importante (Etzion e Ferraro, 2010). Entre elas, as grandes sociedades de auditoria desempenharam um papel importante no relato de sustentabilidade. Um exemplo é o da influência da pesquisa trienal da KPMG que visa incentivar tópicos específicos de relatórios e fornecer um padrão de referência para as práticas dos mesmos. A primeira versão deste inquérito foi publicada em 1993 e tratava da elaboração de relatórios ambientais. As edições subsequentes estabeleceram, sem dúvida, as tendências neste domínio: os relatórios sobre os objetivos e a verificação ocuparam um lugar proeminente nos inquéritos de 1996 e 1999; a sustentabilidade e os relatórios de sustentabilidade no inquérito de 2002; o ambiente e os relatórios de sustentabilidade foram substituídos pelo rótulo de informação sobre a responsabilidade das empresas em 2005; o papel das relações com os investidores foi salientado em 2008 e o relatório integrado em 2011.

Os resultados destes inquéritos refletem tendências, mas também criam práticas de relato importantes. Por exemplo, Milne et al. (2001), destaca a relevância de tais inquéritos quando refere que "a pesquisa trienal da KPMG de 1996 colocou a Nova Zelândia em último lugar entre 13 países da OCDE, um fato chocante o suficiente para fazer notícias televisivas em horário nobre".

Empresas que desenvolveram práticas voluntárias de sustentabilidade, com especial ênfase nos mercados de capitais, começaram a ser incluídas em índices bolsistas de empresas líderes em termos de sustentabilidade como o Dow Jones Sustainability Index e o FTSE4Good, empresas que foram criadas aproximadamente na mesma altura que o GRI. A inclusão nestes índices foi motivante para algumas empresas e a qualidade dos relatórios aumentou significativamente assim como a adesão aos mesmos (Collison et al., 2009 and Martin Curran and Moran, 2007).

Estes índices bolsistas também criaram expectativas à volta dos relatórios de sustentabilidade, (Knoepfel, 2001) e ofereceram algumas recompensas visíveis para as empresas que se destacaram nas práticas de sustentabilidade.

O relatório de sustentabilidade é um canal utilizado pelas empresas para dar resposta aquilo que os stakeholders procuram. Ou seja, ao divulgar informações sobre sustentabilidade, a empresa visa aumentar a transparência da informação, reforçar o valor da marca, a reputação e a legitimidade, permitir *benchmarking* com os concorrentes, motivar os colaboradores, ampliar a informação da empresa e controlar o processo (Herzig e Schaltegger, 2006). Para além disso, cada vez mais os relatórios de sustentabilidade são reconhecidos como um fator de contribuição crucial para a sustentabilidade da empresa (Lozano e Huisinigh, 2011). Assim, não é surpreendente que o tópico receba cada vez mais atenção quer no mundo empresarial quer no mundo académico.

Nas últimas décadas, existiu um crescimento substancial na preocupação com a sustentabilidade. Esta preocupação sentiu-se a uma escala global, quer seja no dia-a-dia, quer seja no ambiente empresarial. Consequentemente, esta inquietação traduziu-se num aumento de relatórios de sustentabilidade (Boiral, 2013; Diouf and Boiral, 2017). A KPMG (2016), reportou uma taxa de crescimento de 92% em relatórios de sustentabilidade num estudo no qual participaram 250 multinacionais de 31 países diferentes. Cada vez mais as organizações aderem a estes relatórios, independentemente da sua natureza, quer sejam empresas com fins lucrativos (Searcy and Buslovich, 2014; Cho et al., 2015; Diouf and Boiral, 2017), sem fins lucrativos ou empresas de natureza social (Costa, 2014).

2.2 Determinantes da divulgação de informação sobre sustentabilidade

A divulgação de informação gera vários benefícios para as empresas, faz com que a empresa tenha uma imagem ética e legítima (SIRAN, KLD e Social Investment Forum, 2008; Erlandsson e Olinder, 2009); melhore as relações entre os stakeholders e desenvolva uma imagem positiva entre os clientes, as autoridades estatais, os jornalistas e os investidores (Morsing e Schultz, 2006); contribua para o seu sucesso financeiro e ajude a atrair capitais a longo prazo (KPMG 2008); atraia investimento estrangeiro a nível mundial (Azim et al., 2011) e ajuda a adquirir cotação nacional e internacional. Apesar destes benefícios, algumas empresas continuam hesitantes em adotar esta prática, uma vez que implica mais responsabilidades e desafios para as empresas. A coerência dos dados, a obtenção de um equilíbrio entre

informação positiva e negativa e a manutenção dos relatórios legíveis e concisos são alguns dos desafios (Ernst e Young, 2010). Além disso, é considerado um encargo desnecessário que aumenta os seus custos operacionais (McWilliams e Siegel, 2001). Os custos incorridos em tais relatórios são imediatos, enquanto os seus benefícios emergem gradualmente e são principalmente de natureza intangível (Evans, 2003).

Existem diversos estudos que analisam as razões pelas quais algumas empresas divulgam voluntariamente informação sobre as suas práticas de sustentabilidade, os quais recorrem a diversas teorias para explicar os resultados obtidos, nomeadamente a teoria dos custos políticos, a teoria dos stakeholders, a teoria da legitimidade e a teoria de agência.

A teoria dos custos políticos sugere que os gestores estão preocupados com considerações políticas, incluindo a prevenção de impostos explícitos ou implícitos ou outras ações regulamentares (Healy e Palepu 2001; Jensen e Meckling 1978; Watts e Zimmermann 1978). Para além dos políticos propriamente ditos, grupos de interesses não governamentais e outros stakeholders tentam cada vez mais influenciar as empresas a agirem de forma a favorecer os seus interesses. Desta forma, acabam por afetar as transferências de riqueza entre a empresa e outros stakeholders. Ao divulgar informações sobre o seu desempenho social e ambiental, as empresas pretendem minimizar potenciais custos decorrentes da interação entre a empresa e o seu ambiente natural e social, ou seja, custos políticos ou sociais (Fields et al., 2001).

As empresas podem recorrer a uma série de métodos para reduzir a probabilidade de ações políticas ou sociais adversas e os custos resultantes das mesmas (Watts e Zimmermann, 1978). Um deles é divulgar informações sobre a sustentabilidade, o que permitirá à Entidade gerar capital moral que, por exemplo, pode servir para atenuar sanções penalizadoras (Blacconiere e Patten, 1994; Godfrey, 2005). Evidências empíricas parecem confirmar esta noção. Por exemplo, Lyon e Maxwell (2006, 2007) argumentam e demonstram que as empresas com má reputação revelam muita informação, enquanto as empresas com excelente reputação não revelam tanta informação. Estas últimas ganham pouco com a divulgação de sucessos, visto que se espera que sejam bem-sucedidas.

De acordo com a teoria da legitimidade, uma empresa precisa de ter legitimidade no sentido de ter uma "licença social para operar" (Deegan, 2002) e para aceder aos recursos necessários para conduzir com sucesso as suas operações. A teoria da legitimidade sugere que nenhuma Entidade tem um direito inerente a existir, mas que qualquer operação empresarial está sujeita a uma maior aceitação concedida pela sociedade. No entanto, essa legitimidade é

potencialmente ameaçada se a sociedade considerar que uma empresa não está a funcionar de forma aceitável e em conformidade com os padrões de sustentabilidade. Consequentemente, as estratégias de legitimação visam assegurar a legitimidade como um recurso valioso (Dowling e Pfeffer, 1975; Ashforth e Gibbs, 1990; Suchman, 1995).

Além disso, a aceitabilidade de uma empresa na sociedade está diretamente ligada ao pensamento dos stakeholders que defendem que as organizações devem ser geridas no interesse de todos os seus constituintes e não apenas no interesse dos acionistas". (Laplume et al., 2008: 1153) Neste sentido, a teoria dos stakeholders sugere que as empresas têm de ter em conta perspetivas e expectativas diferentes de um vasto grupo de eleitores interessados nas atividades das empresas (Buchholz e Rosenthal, 2005; Laplume et al., 2008). Freeman (1984) argumenta que os gestores precisam reconhecer mudanças no ambiente entre os stakeholders internos e externos. A recente tendência para aderir às questões de sustentabilidade na sociedade pode ser uma tendência e Marshall et al. (2010: 478) até vê mesmo uma “mudança de paradigma que incorpora um mandato de sustentabilidade, refutando claramente o velho pensamento de recursos ilimitados, crescimento ilimitado e soluções derivadas da tecnologia". Para além dos relatórios financeiros tradicionais, que respondem em grande medida às necessidades de informação dos acionistas, os relatórios de sustentabilidade (supostamente) oferecem informações valiosas a um público mais vasto e, assim, ajudam a satisfazer as suas necessidades de informação, oferecem explicações sobre a forma como uma empresa responde ao apelo da sociedade para ter uma conduta empresarial sustentável. Pode presumir-se que um grande número de stakeholders (poderosas) aumenta diretamente a necessidade destas empresas explicarem positivamente o seu comportamento comercial. Neste contexto, a divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade pode ser encarada como um instrumento para moldar a perceção da legitimidade da empresa (Campbell et al., 2003), que, por sua vez, constrói a ponte para a teoria da sinalização.

A teoria da agência ou sinalização sugere que, em situações de distribuição assimétrica da informação, uma das partes tenta transmitir de forma credível informações sobre si mesma a uma segunda parte (Spence, 1973; Connelly et al., 2010). O desempenho de uma empresa em matéria de sustentabilidade pode ser considerado, como informação assimétrica, uma vez que é difícil, para partes externas à empresa obter informações credíveis sobre estes aspetos. As empresas poderão querer reduzir esta assimetria de informação através de relatórios proactivos sobre as suas atividades relacionadas com a sustentabilidade, a fim de garantir a sua legitimidade. No entanto, o facto do destinatário considerar ou não as informações fornecidas

como plausíveis e fidedignas influenciam o efeito potencial de tais esforços de sinalização. Em suma, uma maior exposição a um grande número de stakeholders (potencialmente poderosas) poderia influenciar a necessidade de uma empresa assegurar ativamente a sua legitimidade, assinalando os esforços em matéria de sustentabilidade nos respetivos relatórios.

Como acima referido, a dimensão das empresas influencia na adoção, extensão e qualidade dos relatórios sobre sustentabilidade. As grandes empresas estão expostas a diversos tipos de stakeholders que sentem a necessidade de interagir nas atividades, tais como os reports de sustentabilidade para garantir a sua legitimidade na sociedade. Da mesma forma, é também frequentemente mencionada a influência positiva da exposição aos meios de comunicação na adoção e na extensão dos relatórios (embora com uma ênfase muito menor na investigação existente), o que aponta diretamente para a necessidade de se empenhar na sinalização. Pode também presumir-se que esta exposição está positivamente relacionada com a dimensão da empresa, bem como com outros fatores (tais como a filiação ao sector), de modo que a relação causa-efeito entre a exposição aos meios de comunicação social e a dimensão da empresa, por um lado, e as três âncoras teóricas mencionadas, por outro, permaneça um pouco ambígua. No entanto, as três teorias podem efetivamente ajudar a explicar a proliferação de relatórios sobre sustentabilidade na última década.

Existe, no entanto, menos clareza relativamente a aspetos da teoria institucional que sugerem que as atividades empresariais não seguem necessariamente uma lógica empresarial, mas respondem às expectativas institucionalizadas do ambiente (Meyer e Rowan, 1977). Se este fosse o caso dos relatórios de sustentabilidade, a adoção, extensão e qualidade dos relatórios de sustentabilidade seria gradualmente alinhada devido a isomorfismos institucionais (DiMaggio e Powell, 1983) em vez de estarem sujeitos a outros determinantes externos. No entanto, a investigação até à data produziu resultados mistos sobre estes aspetos (Chen e Bouvain, 2009 com Fortanier et al., 2011).

As teorias que são usadas para explicar o facto de umas empresas divulgarem informação sobre sustentabilidade e outras não sugerem que as características das empresas são determinantes na decisão de divulgação deste tipo de informação (Cormier e Gordon 2001; Meek et al., 1995). Algumas destas características são a visibilidade, a rentabilidade e a estrutura de stakeholders das empresas.

Algumas empresas são mais visíveis para o público do que outras. O seu grau de visibilidade depende de vários fatores como, por exemplo, a presença na imprensa. As

empresas constantemente destacadas pelos meios de comunicação social são especialmente suscetíveis a ações políticas, uma vez que atraem mais a atenção dos stakeholders do que as empresas menos conhecidas (Deegan e Carroll 1993; Powell 1991). Consequentemente, as empresas visíveis são mais afetadas por restrições e pressões sociais que as empresas menos visíveis para o público (Belkaoui e Karpik 1989; Brammer e Millington 2006; Holthausen e Leftwich 1983). Estas empresas estão, assim, potencialmente sujeitas a custos políticos ou sociais mais elevados. Assim, presume-se que as empresas mais visíveis e mais conhecidas divulguem mais informações relacionadas com as práticas de sustentabilidade para reduzir potenciais custos políticos que as empresas menos visíveis (Belkaoui e Karpik 1989). Desta forma, a divulgação de informação sobre a sustentabilidade pode estar associada à visibilidade da empresa.

Além disso, as empresas mais rentáveis podem ser confrontadas com limitações sociais e com uma maior exposição pública que as empresas menos rentáveis (Holthausen e Leftwich 1983; Watts e Zimmermann 1978, 1990). Estas empresas são mais afetadas por potenciais custos políticos, especialmente se parecerem "excessivamente" rentáveis (Fields et al., 2001; Han e Wang 1998). Como resultado, as empresas mais rentáveis podem ter de explicar que operam dentro das normas da sociedade, uma vez que acharão dispendioso estar associadas a ações que violam as expectativas da sociedade (Islã e Deegan 2010). Por conseguinte, as empresas mais rentáveis podem estar mais interessadas em explicar, através da divulgação de informação sobre sustentabilidade, como “produzem” a sua rentabilidade (Bewley e Li 2000). Além disso, os lucros fornecem aos gestores, recursos a partir dos quais os custos de divulgação são financiados (Brammer e Pavelin 2006). Com base nos argumentos anteriores, podemos considerar que a divulgação de informação sobre a sustentabilidade pode estar associada à rentabilidade da empresa.

Por outro lado, o potencial de conflitos entre os principais proprietários da Entidade e os gestores é maior nas empresas em que as ações são amplamente distribuídas que nas empresas onde a distribuição das ações não é tão vasta. Quando o capital da empresa está mais disperso, os acionistas têm menor autoridade direta sobre os gestores, pelo que têm maior necessidade de controlar as suas atividades (Brammer e Pavelin 2006) e a comunicação entre os stakeholders torna-se mais difícil (Fama e Jensen 1983). Por conseguinte, é provável que a divulgação de informação voluntária seja mais frequente em empresas com maior dispersão do capital, para permitir que os acionistas monitorizem se os seus interesses económicos estão a ser defendidos, enquanto os gestores podem demonstrar que agem no melhor interesse dos

acionistas (Chau e Gray 2002; Fama e Jensen 1983). Por outro lado, as empresas cujo capital está menos disperso têm menor motivação para divulgar informações para além dos requisitos obrigatórios, uma vez que a procura de divulgação pública é menor (Chau e Gray 2002). Com base na revisão anterior, supõe-se que a divulgação de informação sobre a sustentabilidade pode estar associada a estruturas onde as ações são amplamente distribuídas pelos vários acionistas.

2.3 Os organismos emissores de Normas de relato de sustentabilidade

A elaboração e publicação de relatórios de sustentabilidade está a tornar-se parte integrante das práticas de relato empresarial. É agora exigida e esperada por investidores, clientes, trabalhadores, governos e outros stakeholders (Keeble et al., 2003).

De acordo com Brockett & Rezaee (2012, p.18), "relatar sustentabilidade empresarial ganhou atenção e aceitação em todo o mundo nos últimos anos devido ao apoio e promoção da GRI, o Prince of Wales's Accounting for Sustainability Project, do International Integrated Reporting Committee, e da IFAC, entre outras organizações". Hoje em dia, a diretriz de relatórios de sustentabilidade do GRI é o princípio orientador mais aceite a nível internacional, é reconhecido e utilizado para medir e reportar as práticas de sustentabilidade das empresas (Molla, Ibrahim & Ishak, 2019). O GRI (2011) define relatórios de sustentabilidade como "a prática de medir, divulgar e prestar contas aos intervenientes internos e externos pelo desempenho organizacional em Direção ao objetivo do desenvolvimento sustentável". De acordo com o GRI, as questões emergentes em matéria de comunicação de sustentabilidade são os três "I": integração, implementação e integridade (Brockett & Rezaee, 2012, p. 17).

Durante as últimas duas décadas, os relatórios de sustentabilidade tornaram-se cada vez mais uma prática comum entre as empresas (Higgins et al., 2020), neste momento, é uma prática empresarial padrão em organizações de grande dimensão (KPMG 2017), e as pequenas e médias empresas (PMEs) estão a começar a sinalizar as suas atividades de sustentabilidade através de relatórios (Ashton, Russell e Futch 2017). Muitas destas empresas divulgam informação sobre a sustentabilidade devido às pressões regulamentares crescentes, como por exemplo, na Europa, a Diretiva 2014/95/UE relativa à informação não financeira. A Diretiva 2014/95/UE, leva a que várias empresas de diferentes Estados-Membros da UE incluam no relatório de gestão anual uma demonstração não financeira, ou, um relatório separado que inclua as informações exigidas (Carini et al., 2018; Venturelli et al., 2017). Por isso, a Diretiva

2014/95/UE desempenhou um papel fundamental na extensão e qualidade dos conteúdos divulgados e promoveu a padronização de RS (Brand et al., 2018)

A evolução de novos portadores das ideias, assim como de novas normas de relatórios de sustentabilidade está a crescer. A Fundação IFRS, recentemente (em novembro de 2020) anunciou a criação de um novo conselho, o International Sustainability Standards Board (ISSB), para dar resposta às necessidades dos stakeholders que cada vez mais procuram ter acesso a relatórios com informação clara sobre o impacto que a empresa tem no meio ambiente e quais as suas práticas de sustentabilidade. O papel do ISSB é prover os stakeholders com informação sobre os riscos e oportunidades relacionadas com a sustentabilidade, através de uma linha global divulgação de informação relacionada com a sustentabilidade (Fundação IFRS, 2020).

No final de 2020, foram criadas outras normas de relatório de sustentabilidade como o Sustainability Accounting Standards Board (SASB) nos Estados Unidos e o International Integrated Reporting Council (IIRC). Os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) são mantidos sob o auspício da Value Reporting Foundation, uma Entidade global sem fins lucrativos que oferece um conjunto abrangente de recursos projetados para ajudar empresas e investidores a desenvolver uma compreensão partilhada do valor da empresa. O Conselho de Administração da Value Reporting Foundation supervisiona a estratégia, as finanças e as operações de toda a Entidade e nomeia os membros do SASB Standards Board. O SASB Standards Board é um conselho independente e responsável pelo devido processo, resultados e validação dos SASB Standards (Value Report Foundation, 2020).

Apesar de serem criadas de novas normas de relatórios de sustentabilidade, o GRI é o relatório de sustentabilidade mais adotado em todo o mundo (De Villiers, Rinaldi, & Unerman, 2014; Haller & van Staden, 2014; Higgins, Stubbs, & Love, 2014; KPMG, Stubbs & Higgins, 2014): quase 75% das maiores empresas do mundo que publicam relatórios de sustentabilidade utilizam o GRI (KPMG, 2015). Como o GRI é considerado o *benchmark* dos relatórios de sustentabilidade (Moneva 2006), a implementação do GRI tem sido avaliada para permitir que as organizações aumentem o valor acrescentado e a credibilidade dos seus relatórios (Diouf & Boiral, 2017; KPMG 2015).

2.4 As Normas de sustentabilidade do GRI

O desenvolvimento e o foco dos relatórios relacionados com a sustentabilidade registaram várias mudanças (Fika, 2012; Kolk, 2010). Na década de 70, os tradicionais relatórios financeiros nos países ocidentais foram muitas vezes complementados com relatórios sociais adicionais. Nos anos 90, a atenção passou para as questões ambientais, tais como as emissões e produção de resíduos, substituindo frequentemente os relatórios sociais anteriores.

No final da década de 90, os relatórios de investigação e prática começaram cada vez mais a considerar simultaneamente a dimensão social e a dimensão ambiental num relatório conjunto que é frequentemente publicado juntamente com os relatórios financeiros tradicionais. Esta tendência pode estar diretamente ligada ao desenvolvimento de normas voluntárias no âmbito do Global Reporting Initiative (GRI) (Kolk, 2010; Vormedal e Ruud, 2009). Hoje, o GRI é considerado como "a norma global de facto" para a elaboração de relatórios de sustentabilidade (KPMG, 2011).

Todas as tendências mundiais neste domínio foram adotadas por grandes empresas, que moldam globalmente as características da divulgação de informações voluntárias (Nin Ho, et al., 2019). As normas geralmente aceites em matéria de informação não financeira são as normas GRI porque "as diretrizes GRI parecem satisfazer a necessidade de normas na elaboração de relatórios, identificação e aplicação de práticas sustentáveis nas empresas, uma vez que o quadro GRI tornou-se, de facto, a norma em matéria de relatórios de sustentabilidade mais adotada em todo o mundo" (Ortiz & Marin, 2014). A apresentação de relatórios de acordo com as normas GRI significa que existe algum tipo de divulgação homogénea, bem como a utilização da base de dados GRI (Albers & Günther, 2010)

Em geral, as orientações do GRI incluem divulgações gerais sobre vários aspetos do negócio centrados nas seguintes categorias: condições económicas, ambientais e sociais. O relatório contempla um total de 37 normas, sendo que 3 correspondem a conteúdos universais (101 a 103), 7 a conteúdos específicos de natureza económica (201 a 207), 8 a conteúdos específicos de natureza ambiental (300 a 308) e 19 a conteúdos específicos de natureza social (400 a 419). Atualmente, informar sobre o que importa e onde importa é o espectro crucial das novas orientações (KPMG International, 2013).

O GRI visa a representação de todas as questões relevantes nas suas diretrizes. No entanto, as versões mais antigas das diretrizes enfrentaram críticas por sobrecarga de informação, relatórios incoerentes e "*over reporting*" sobre questões não relevantes para

indústrias ou organizações (Moneva, Archel, & Correa, 2006). Mesmo assim, através do ajuste das normas e criação de novas diretrizes, atualmente, as normas do GRI são reconhecidas como uma das estruturas mais importantes relatórios de sustentabilidade (H. S. Brown, De Jong, & Lessidrenska, 2009).

Capítulo 3. Metodologia

Este projeto tem como objetivo analisar as práticas de sustentabilidade de uma empresa que tem uma contribuição importante para a economia circular e propor um conjunto de informações sobre sustentabilidade que a mesma possa divulgar em conformidade com as Normas GRI.

Para atingir este objetivo, foi desenvolvida uma metodologia qualitativa com recurso ao método de estudo de índole intervencionista, através da recolha documental e da realização de entrevistas semiestruturadas. Um estudo de caso permite analisar um fenómeno no seu contexto real. A abordagem intervencionista é uma variante do caso de estudo em que o investigador desempenha um papel ativo no processo e aplica conhecimento teórico para realizar uma intervenção que pretende resolver um problema prático (Jansen, 2018).

Seguidamente, identifica-se a empresa objeto de análise, fundamentando-se a sua escolha, e caracteriza-se o processo usado na recolha dos dados necessários para atingir o objetivo definido.

3.1 Escolha da empresa objeto de análise

A empresa objeto de análise é a Entidade, cuja atividade se baseia na gestão e valorização de resíduos através da resposta às necessidades de escoamento de lamas de ETAR.

Considera-se esta Entidade por ter um papel ativo na economia circular. A sua atividade permite transformar um resíduo num recurso sem comprometer as boas práticas de sustentabilidade. Sendo a PME que encaminha mais toneladas de lamas do país para a agricultura tem uma contribuição importante no enriquecimento dos solos do país. A Entidade relatada é a empresa com maior nível de serviço da sua área, por dia chegam a retirar cerca de 40 camiões de lamas, correspondente a 1200 tns/dia que vão depois ser tratadas e contribuir para a sustentabilidade dos solos do país.

A Entidade faz parte da AEVO (Associação de Empresas de Valorização de Orgânicos (AEVO) reúne como associados os Operadores de Gestão de Resíduos (OGR) responsáveis pela recolha de 60% a 70% das lamas de ETAR de Portugal, operam em mais de 120 concelhos portugueses, de Norte a Sul do país.

As empresas associadas a AEVO, desempenham um papel crucial na economia circular. Segundo o Jornal de Negócios (“Lixo fertiliza campos e plano de 5 milhões”, 2020) num ano marcado pela pandemia Covid-19, a AEVO e os seus associados mantiveram a sua atividade

totalmente operacional, na gestão de 480 mil toneladas das chamadas Lamas de ETAR. Este valor, significa aproximadamente 60% do total de Lamas produzidas em 2020 em Portugal, um número em linha com o período homólogo, tendo a sua totalidade sido reutilizada na produção agrícola e florestal, consubstanciando-se assim numa atividade de grande valor ambiental que, de igual forma, contribui para uma economia e agricultura circulares.

No total, em 2020, o setor terá valorizado aproximadamente 800 mil toneladas de lamas, cujos destinos foram, maioritariamente, a Valorização Agrícola Direta e a Compostagem realizadas por Operadores de Gestão de Resíduos (OGR) vocacionados para a reciclagem de resíduos orgânicos com destino agrícola.

3.2 Recolha de dados

Considerando a natureza do estudo a desenvolver, procedeu-se à combinação de duas técnicas de recolha de dados, a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas.

Ao longo do projeto foram analisados vários documentos que contribuíram para o desenvolvimento do relatório. Como por exemplo, os certificados de ambiente, qualidade e segurança; o manual de SGI (Sistema de Gestão Integrado); o relatório de formação; uma análise de avaliação riscos; o relatório de inquéritos; relatórios PSI01; lista de controlo de resíduos; a descrição detalhada da informação; relatório da energia consumida; medidas de prevenção e mitigação, a demonstração de resultados, o plano de salários dos colaboradores. A maioria destes documentos foram fornecidos pela pessoa que ficou destacada como ponto de contacto. Adicionalmente, foram também analisados vários *pappers*, diversas notícias e o site da empresa.

Foram realizadas 5 entrevistas semiestruturadas, com uma duração média de 45 minutos. Inicialmente foi feita uma primeira entrevista de apresentação do tema ao Diretor Geral e às colaboradoras com maior ligação às áreas de sustentabilidade da empresa. Depois da Entidade relatada suscitar interesse no projeto foi feita uma segunda entrevista apenas com o Diretor Geral onde foi feito um aprofundamento teórico nas normas do GRI e nas práticas de sustentabilidade. A terceira e quarta entrevista deram lugar à recolha de informação. Por fim, realizou-se uma entrevista para discutir alguns pontos de conclusão e validar a proposta de informação a divulgar.

Tabela 1 – Informação das entrevistas realizadas

Data	Intervenientes	Função	Tema	Duração
13/07	Mário Moura; Irina Domingos; Mara Branco; Tânia Matos	Diretor Geral; Engenheiras do Ambiente e Agronomas	Apresentação e introdução ao tema	45 min
14/09	Mário Moura	Diretor Geral	Deep dive nas normas do GRI e questões	30min
18/10	Mara Branco	Eng ^a do Ambiente	Recolha de informação	1h
22/11	Mara Branco	Eng ^a do Ambiente	Recolha de informação	30min
13/12	Mário Moura	Diretor Geral	Discussão final	1h

Seguindo Yin (2018), a realização das entrevistas semi-estruturadas foi precedida pela preparação de uma lista de questões e tópicos relacionados com a temática da investigação, a serem percorridos no decorrer da conversa. Porém, foi sempre usada a liberdade de adaptar o curso da entrevista e o respetivo guião, colocando novas questões, de acordo com as respostas obtidas. A flexibilidade subjacente a este método é importante para garantir a identificação de outras fontes de informação pertinentes para o estudo a realizar.

Capítulo 4. Resultados

4.1 Caracterização da empresa objeto de análise

4.1.1 História da Empresa

No final da década de 80, quando começam a surgir as primeiras Estações de Tratamento de Águas Residuais em Portugal, ao mesmo tempo emerge um problema: as lamas não têm um destino próprio. Ou seja, as ETAR, após tratar as águas residuais não percebiam bem o que fazer aos biossólidos e a maior parte acabava nos rios e nos mares.

O Engenheiro Mário e o Engenheiro António, já colaboravam juntos há dois anos, quando surgiu a ideia de criarem um serviço que desse resposta às necessidades de escoamento de lamas de ETAR, e diminuísse a contaminação ambiental dos rios do nosso país. Pela sua formação e profunda ligação à agricultura, reconheceram as lamas como uma fonte rica em matéria orgânica, azoto, fósforo e potássio para aplicar nas explorações agrícolas. Deste modo, o novo conceito de negócio serviria de “ponte” entre as ETAR que não tinham destino para as lamas e os solos agrícolas que na maioria do nosso país são pobres em matéria orgânica. Obtendo rendimento tanto da parte das ETAR como da parte dos agricultores.

Em 1995 a Entidade implementou o seu negócio no mercado e tornou-se na primeira empresa de gestão e valorização deste tipo de resíduos em Portugal. Iniciou-se com um serviço inovador capaz de contribuir para a sustentabilidade do país e, ao mesmo tempo, solucionar os problemas das ETAR e agricultores (ambos clientes). Devido à qualidade e unicidade do serviço que prestavam, começaram por trabalhar com grandes Entidades, como Renova, Portucel e Câmara de Lisboa. Organizações que teriam contactado anteriormente para garantir a viabilidade da implementação do negócio.

Durante os primeiros anos que antecederam ao início da atividade da Entidade, o governo passa a desaconselhar o encaminhamento das águas residuais tratadas para o mar, por não ser ambientalmente correto. Simultaneamente, começam a surgir ETARs por todo o país, deu-se um “boom” nas operações de gestão de resíduos e na valorização agrícola.

Por volta de 2005 a Entidade já teria duplicado a sua capacidade de operação para quarenta mil toneladas por ano e em 2011 já contava com cento e cinquenta mil toneladas ao ano. Com este aumento significativo de serviço aumentaram também as exigências dos agricultores em relação à qualidade das lamas.

Havia a necessidade de satisfazer a agricultura extensiva e a agricultura de precisão. Por isso, a Entidade ampliou a sua área de atividade investindo em unidades de compostagem de resíduos biodegradáveis, constituindo simultaneamente, uma alternativa às lamas de depuração que não podem ser valorizadas na agricultura e garantindo a produção de um composto com elevado valor agronómico. Para a produção deste composto, foi importada uma máquina revolteadora da Áustria capaz de otimizar o processo de produção.

Nesta altura, surgiram concorrentes tanto empresas estrangeiras, como nacionais entraram no mercado para dar resposta a parte da produção nacional de lamas que já seria demasiada para a capacidade dos alvarás e licenciamentos detidos pela Entidade. No entanto, a empresa manteve-se como líder de mercado (cerca de 70%), pois possui um património inigualável que são as relações privilegiadas com as maiores e mais modernas explorações agrícolas do nosso país.

Uma destas empresas, a Ferrovial (empresa ibérica), chega mesmo a implementar uma unidade de tratamento de resíduos por compostagem no mesmo eco-parque onde a Entidade tem instalado o seu centro de compostagem.

Perante esta situação de elevada concorrência a Entidade procurou diversificar e encontrar novos produtos que proporcionassem uma oferta diferente e inovadora aos agricultores. Criou um produto com melhores vantagens agronómicas para os agricultores. Concebeu uma mistura homogénea de lamas com cinzas das caldeiras de biomassa que veio tornar o produto final mais rico em termos agronómicos.

Por outro lado, a Comunidade Europeia estabeleceu uma meta para que todos os bio-resíduos domésticos sejam tratados e valorizados. Ou seja, esta nova legislação europeia visa acabar com a eliminação destes resíduos (via incineração e aterro) e adotar um conceito de uma verdadeira economia circular, transformando assim os resíduos em recursos. A Entidade viu a oportunidade de iniciar o tratamento em larga escala deste tipo de resíduos, transformando-os em bio-composto, outro produto novo e com qualidades acrescidas para os clientes.

Neste caso, é possível identificar uma forte componente de inovação e preocupação com a qualidade dos novos produtos. Estes dois produtos com atributos únicos permitiram que a Entidade se destacasse da concorrência.

Sendo a única empresa que disponibiliza estes produtos, a Entidade, viu-se numa posição favorável face à concorrência. Por esta razão, em meados de 2018, a gestão decidiu que daí em diante, seria praticado um premium price na comercialização destes dois novos

produtos. Este aumento de valores não teve qualquer impacto negativo na carteira de clientes da Entidade. Pelo contrário, os clientes estão fidelizados à notoriedade da Entidade e à sua capacidade de adaptação ao mercado, por isso conta com a parceria de dois dos três clientes iniciais, há mais de 25 anos.

Para além de oferecer qualidade no serviço prestado a empresa oferece também confiança aos seus clientes e a oportunidade para fazerem parte da solução que melhor defende o ambiente e a saúde pública ao mesmo tempo que contribui para uma economia circular, onde resíduos são utilizados como um recurso que valoriza os solos portugueses.

4.2 Aplicabilidade das Normas GRI

Tabela 2 – Aplicabilidade das Normas GRI

Natureza das normas	Norma GRI	Designação	Aplicável	Não Aplicável
Conteúdos universais	101	Fundamentos	x	
	102	Conteúdos Gerais	x	
	103	Forma de Gestão	x	
Específicas de natureza económica	201	Desempenho Económico	x	
	202	Presença no Mercado	x	
	203	Impactos Económicos Indiretos	x	
	204	Práticas de Compra	x	
	205	Combate à Corrupção	x	
	206	Concorrência Desleal		x
	207	Tributos	x	
Específicas de natureza ambiental	301	Materiais	x	
	302	Energia	x	
	303	Água e afluentes	x	
	304	Biodiversidade		x
	305	Emissões	x	
	306	Resíduos	x	
	307	Conformidade Ambiental		x
	308	Avaliação Ambiental de Fornecedores	x	
Específicas de natureza social	401	Emprego	x	
	402	Relações de Trabalho		x
	403	Saúde e Segurança do Trabalho	x	
	404	Capacitação e Educação	x	
	405	Diversidade e Igualdade de Oportunidades		x
	406	Discriminação		x
	407	Liberdade Sindical e Negociação Coletiva		x
	408	Trabalho Infantil		x
	409	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo		x
	410	Práticas de Segurança		x
	411	Direitos de Povos Indígenas		x
	412	Avaliação de Direitos Humanos	x	
	413	Comunidades Locais	x	
	414	Avaliação Social de Fornecedores		x
	415	Políticas Públicas	x	
	416	Saúde e Segurança do Consumidor		x
	417	Marketing e Rotulagem		x
	418	Privacidade do Cliente		x
	419	Conformidade Socioeconómica	x	

Como se pode verificar, Tabela 2 indica as Normas GRI que são (ou não) aplicáveis à Entidade objeto de análise, a maioria (cerca de 60%) das Normas GRI são aplicáveis à empresa objeto de análise. Algumas Normas GRI não são aplicáveis, devido à área de operação da empresa). A maioria destas Normas fazem parte do grupo de Normas de natureza social, incluindo, por exemplo, as Normas que abordam temas como o trabalho forçado, trabalho infantil, direitos dos povos indígenas, entre outros. Estes tipos de Normas não se adequam à Entidade pela sua dimensão e também pela sua localização, uma vez que em Portugal são raríssimos os casos descritos pelas normas. Além disso, as Normas sobre Marketing e Rotulagem ou Privacidade do cliente não se aplicam em virtude de estes assuntos serem pertinentes apenas em empresas que comercializam produtos e tratam de dados privados e têm de seguir uma *gdpr compliance*.

Quanto às restantes Normas, pode consultar-se em Anexo uma explicação mais detalhada da razão para a sua não aplicabilidade na empresa objeto de análise.

4.3 Proposta de informação a divulgar em conformidade com as Normas GRI

4.3.1 Proposta de divulgação de natureza geral sobre a empresa

Tendo por base a análise da informação recolhida nas entrevistas e a documentação fornecida pela Entidade, apresenta-se a seguinte proposta de divulgação sobre as informações gerais da Entidade e as respetivas práticas de sustentabilidade, nos termos presentes na norma GRI (Global Report Initiative) 102.

4.3.1 - a) Mensagem do Diretor Geral

A realização deste relatório para a Terra Fértil é importante pois, apesar dos compromissos já assumidos, a empresa pretende comprometer-se ainda mais com a sustentabilidade da sua atividade e, em particular, com a preservação do ambiente. O planeta terra é a nossa única casa, pelo que temos que o proteger e garantir que haja condições de habitabilidade para as próximas gerações. A Terra Fértil, como referência no setor da gestão dos resíduos, tem a obrigação e quer assumir compromissos com o negócio, pessoas e com o planeta porque reconhece a importância da sustentabilidade.

A atividade desenvolvida por esta empresa traduz-se na circularidade da economia, pois em vez de eliminar resíduos, os mesmos são reaproveitados e reciclados. A Entidade contribuí

em muito para a descarbonização com o projeto de plantação de mais de 5 mil pinheiros, mas mais ainda com a produção de composto (são milhares de toneladas de carbono que são devolvidos aos solos, reduzindo a pegada do carbono). A Entidade tem também compromissos com as comunidades, investindo em projetos sociais e ambientais. Promove também a compra a fornecedores locais. Por exemplo, na comunidade que a rodeia, a Entidade apoia o desporto e as escolas e fornece composto gratuitamente para áreas públicas e hortas sociais.

Salienta-se também o projeto desenvolvido com a Nespresso Portugal, em que a Entidade procede à compostagem das borras do café e doa o composto que posteriormente vai ser utilizado para fertilizar arrozais cujo arroz produzido vai ser doado ao banco alimentar.

A Entidade pretende também melhorar e desenvolver o seu código de conduta direcionado para uma atuação correta e honesta. Pretende garantir que os seus fornecedores cumprem os princípios da sustentabilidade e também que os agricultores com quem trabalha pratiquem uma agricultura sustentável ao reduzir o uso da água e a melhorar os processos agrícolas. Para além disso, procura investir na inovação, contribuindo para um mundo melhor. Por exemplo, aceitou o desafio de ser a primeira empresa em Portugal a compostar luvas e capas de telemóveis de material biodegradável, os quais antes eram eliminados para os aterros ficando por lá depositados para sempre.

A Entidade está também comprometida com os seus colaboradores, garantindo um trabalho digno, respeitando a igualdade de género e reduzindo as desigualdades.

4.3.1 – b) Tópicos materiais e matriz de materialidade

Com base nas práticas e na exposição da Entidade aos temas relacionados com a sustentabilidade empresarial, propõe-se a matriz de materialidade que se apresenta na Figura 1.



Figura 1 – Matriz de Materialidade

As mudanças climáticas, a eficiência energética, o uso de água, a saúde e segurança dos colaboradores, a reutilização de resíduos, os direitos humanos, a economia circular, a participação ativa na comunidade local e as relações com os clientes são os Tópicos Materiais propostos.

4.3.1 – c) Perfil da Entidade Relatada

Tal como foi referido no capítulo anterior “História da Empresa”, a Entidade dedica-se à recolha e tratamento de lamas provenientes das Estações de Tratamento e Águas Residuais (ETAR) e ao seu encaminhamento legal para os terrenos agrícolas. Desempenha um conjunto

de atividades direcionadas para proporcionar soluções sustentáveis, fomentar a qualidade dos solos onde são aplicadas as lamas, impulsionar a economia circular e dinamizar investimentos que proporcionem uma melhor qualidade de vida as pessoas. A Entidade procura impulsionar com qualidade e com respeito pelo ambiente a valorização agrícola (após parqueamento temporário e/ou estabilização química), a recolha e transporte de resíduos, a caracterização analítica de resíduos e a produção e comercialização de composto. Adicionalmente, tanto na unidade de compostagem como nos escritórios é feito um apelo para contribuir para a consciencialização de sustentabilidade na gestão de resíduos e na utilização da água e energia.

A sede da Entidade localiza-se em Setúbal, mais precisamente na Estrada dos Ciprestes nº 90 R/C Esq, 2900-316 Setúbal e todas as suas operações são realizadas em Portugal. A Entidade detém três propriedades: a sede em setúbal, um armazém na Mitrena, Setúbal e a unidade de gestão de resíduos e armazenamento temporário e compostagem no Eco Parque do Relvão, Rua Alto da Serradela, Lote 14, 2140-671 Carregueira, Chamusca. Os colaboradores destas três unidades trabalham em sintonia para atender ao setor agrícola, mais concretamente aos agricultores e às ETARs.

A unidade gestão de resíduos tem uma capacidade instantânea de armazenagem de 35.000 toneladas/mês, sendo que a gestão anual autorizada de resíduos (para a empresas) é de 500.000 ton/ano.

A Entidade conta com um total de 17 colaboradores, e em 2020, obteve um total de vendas líquidas no valor de 9.016.503,69€ e resultados líquido 1.829.397,06€ (ver demonstração de resultados no anexo B).

Os fornecedores contratados são na sua maioria transportadores. A Entidade relatada trabalha essencialmente com duas empresas de transportes: a SANTAG S.A e a J.H. Palmeiro. Durante o período coberto pelo relatório não existiram mudanças significativas na cadeia de fornecedores. A Entidade trabalha há mais de 15 anos em parceria com estas empresas transportadoras.

A Entidade sentiu a necessidade de fazer parte de uma associação para unir esforços com outras empresas do mercado e conseguir ter um maior impacto junto da tutela (Ministério do ambiente e Ministério da agricultura), devido as dificuldades que a atividade encontra junto dos organismos licenciadores. Desta forma, a Associação de Empresas de Valorização de Orgânicos (AEVO), associação que tem conseguido fazer chegar à tutela várias propostas de alterações à legislação atual que são fundamentais para que a atividade seja desenvolvida nos

termos ambientais necessários para que a valorização orgânica seja um verdadeiro exemplo da preservação do ambiente e da economia circular.

A Direção da Entidade entende que o risco da mesma está associado ao tratamento das lamas. Um tratamento deficiente ou até ausente das lamas faz com que as lamas deixem de ser um corretivo orgânico e uma aplicação errada das lamas no campo pode levar a sérios prejuízos nas culturas e nos solos. Como oportunidades a Direção da Entidade apontou a possibilidade de diversificar as áreas de negócio e a possibilidade de criar uma pequena empresa de transportes para tentar diminuir os custos com fornecedores e serviços externos.

A visão da Entidade guia as atividades da empresa e permite estabelecer uma meta partilhada por todos os colaboradores. Desta forma, consolida-se uma cultura que procura que a sua atividade tenha um contributo para o desenvolvimento económico social e para o meio ambiental não só de Setúbal, mas também a nível nacional. Mediante o seu trabalho e constante a sua estratégia de negócio, conseguiu atingir o ranking de 39º empresa mais relevante da cidade de Setúbal e está entre as 200 primeiras do distrito.

Como princípio e principal objetivo, a Entidade visa oferecer novas e melhores soluções ambientais para a gestão e valorização eficiente dos resíduos agrícolas, contribuindo desta forma para o progresso sustentável da sociedade.

A diversidade, sustentabilidade, seriedade e transparência são os valores que ajudam a Entidade a cumprir a sua missão de gestão e valorização de resíduos. Para sustentar a sua missão foi desenvolvido um modelo de criação de valor, que se baseia em: ser uma empresa com uma vasta experiência no mundo agrícola e com uma especialização técnica e diferenciada, capaz de liderar projetos públicos (concurso públicos de gestão de lamas de ETAR) e ambientais; contar com uma equipa altamente especializada e comprometida que tem como prioridade a proteção e segurança do ambiente; ter um conhecimento local nos sítios onde opera, o que faz com que seja possível estabelecer relações de confiança entre os colaboradores e os stakeholders; a Entidade tem desenvolvido ações de formação em ética, em colaboração com os fornecedores, para garantir o respeito pelos seus clientes. Por exemplo, tem sido dada formação aos transportadores para que quando estes entram nas propriedades agrícolas respeitem as culturas instaladas, vedações, etc.

A Figura 2 apresenta a forma como a entidade está organizada e a estrutura dos respetivos departamentos.

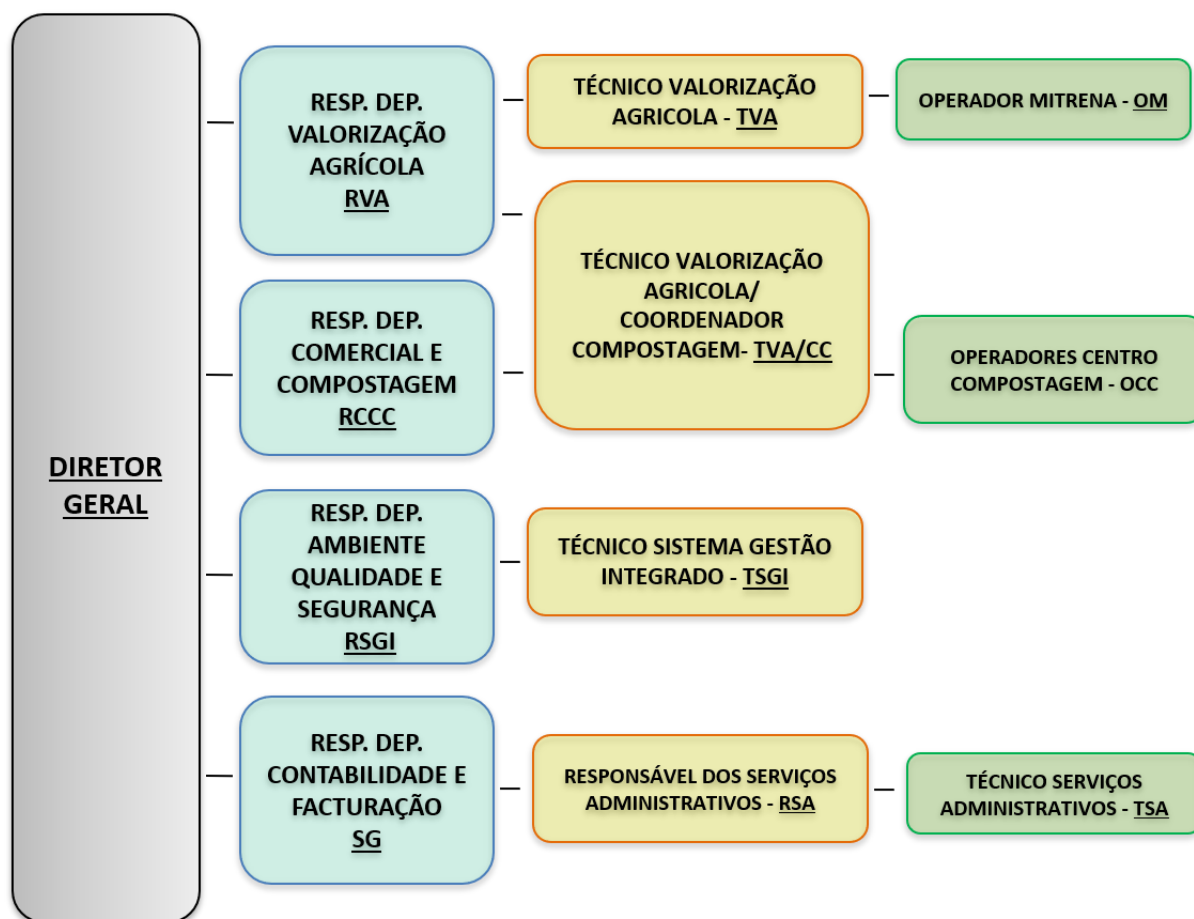


Figura 2 – Organograma da empresa

O Diretor Geral tem um papel crucial na definição do propósito, valores e estratégia. Através das entrevistas realizadas verificou-se que o Diretor Geral procurar delinear e definir os mesmos em conjunto com os colaboradores com cargos de maior responsabilidade. Para além disso, a Direção procura acompanhar permanentemente as alterações legislativas do país e as inovações tecnológicas agrícolas (equipamentos, técnicas, etc.) para que a entidade possa desempenhar uma gestão moderna e atualizada.

Quanto aos impactos, riscos e oportunidades, estes são avaliados com regularidade de forma informal pelo Diretor Geral. Estes tipos de avaliações passam a ser formais em momentos que o exigem como, por exemplo, na candidatura para concursos públicos de ETAR.

De qualquer forma, os colaboradores têm uma participação ativa nestas avaliações. O Diretor Geral dá abertura para que as discussões e ponderações sejam feitas em conjunto. Sendo

uma empresa familiar, existe um certo nível de proximidade entre todos, o que também facilita quando existe a necessidade de comunicar uma preocupação profissional ou pessoal, podendo cada indivíduo ser convocado para uma reunião sempre que necessário.

Para além da proximidade, o Diretor Geral acredita que a Entidade dispõe de um sistema de remunerações atrativo. Sendo que a determinação da remuneração é um processo e baseado na responsabilidade das funções, no mérito, na assiduidade e dedicação de cada um. Como tal, é normal que existam algumas diferenças salariais. Por exemplo, existe uma diferença de 1900€ entre a remuneração do colaborador com mais alta e o que tem a remuneração mais baixa. No entanto, 5 dos 17 colaboradores beneficiaram de um aumento de salário este ano. Os aumentos destas remunerações rondaram um percentual de 12,5%.

No que respeita à identificação dos stakeholders, as Águas de Portugal, Navigator, Caima fábrica de celulose, Câmara Municipal de Almada, Italágro e Fit (fábrica de tomate), Ferroviável, Blue Watter (Antiga EGEO), Águas do Porto, Águas do Norte ocupam o lugar de principais clientes e a SANTAG, J.H. Palmeiro, Transporte Rosalino, Natureza Verde, GALP Portugal, Fidelidade Seguros de principais fornecedores.

4.3.2 Proposta de divulgação de natureza económica

Através da análise da documentação disponibilizada pela Entidade relatada e com base nas entrevistas realizadas, apresenta-se a seguinte proposta de divulgação sobre o impacto económico da organização na sociedade, nos termos presentes nas normas GRI 103 e GRI 200.

A atividade da Entidade oferece vantagens económicas a vários intervenientes. Por um lado, para o contribuinte, dado que a utilização destas lamas, após tratamento, na valorização agrícola direta ou através de compostagem é a solução que apresenta menores encargos para as ETARs o que é um claro benefício económico para as mesmas. Por outro lado, os agricultores, têm acesso a este material gratuitamente, ao contrário dos adubos e fertilizantes químicos, em que o custo pode atingir os 350 euros hectare/ano. Numa plantação de 100 hectares o uso das lamas pode representar uma poupança de 35.000€ ao ano. Para além disso, os agricultores têm ainda um outro ganho, o do aumento de produção devido à fertilização do solo com um produto rico em material orgânico. Por fim, o próprio país sai beneficiado, assentando no pressuposto de reutilização da matéria orgânica fundamental para a vitalidade dos solos e no qual o nosso país é altamente deficitário.

A atividade da Entidade tem inevitavelmente um impacto económico em várias empresas que dependem parcialmente do seu fornecimento de serviços e/ou produtos. Por exemplo, a Entidade efetua cerca de 40 a 50 recolhas de lamas de ETAR por dia, o que se traduz em 40 a 50 transportes que envolvem o consumo de gasóleo, de pneus, lubrificantes, etc, assim como a atividade dos colaboradores das empresas de transportes. No caso da SANTAG (principal fornecedor), hoje conta com 55 camiões e 180 colaboradores, para além dos transportes, presta serviços de aluguer de máquinas para limpeza de lagoas, de espalhamento e aplicação de lamas. No entanto, há 25 anos quando se iniciou esta parceria, a SANTAG tinha apenas dois camiões, um conduzido pelo proprietário atual da empresa e outro pelo filho. Com este exemplo podemos extrair o efeito que as organizações têm na economia e na comunidade local. Existem também pequenas empresas que fornecem a Entidade, como pequenas oficinas, drogarias e até um café ambulante que se desloca ao centro de compostagem da Chamusca para servir cafés e pequenas refeições aos motoristas, eletricitas, mecânicos, visitantes e colaboradores da empresa.

Em 2020, o valor de vendas líquidas gerado foi de 9.016.503,69€ e resultados líquido 1.829.397,06€ (ver demonstração de resultados no anexo B).

Nenhum dos salários pagos pela Entidade é sujeito às regras do salário mínimo. A Entidade tem definido uma metodologia simples de correspondência entre salário por cargo. O salário é proporcional ao nível de responsabilidade ou à ligação direta com a faturação da empresa (comerciais). De qualquer forma, os níveis de remuneração podem aumentar consoante os anos de casa ou níveis de desempenho previamente definido, evitando assim as desigualdades por gênero, raça ou etnia. Para todos os funcionários ativos em tempo integral, a Direção compara o salário-base com os salários médios do país. Além disso, procura monitorizar continuamente o mercado para garantir que as decisões de remuneração são informadas e para tentar que as estruturas salariais sejam competitivas no mercado. Por isso, quando comparamos o salário mais baixo da Entidade existe alguma discrepância para os salários mínimos locais de modo a proporcionar um impacto positivo nos seus colaboradores. Existe apenas um membro da Direção e por isso não é possível calcular o percentual de membros da Direção que foram contratados na comunidade local. No entanto, este membro fundador faz parte da comunidade local.

Os planos de benefício pós-emprego são os mesmos definidos pela lei portuguesa. A empresa não tem planos de benefícios pós-emprego pelos quais pague contribuições fixas para um fundo sem obrigação legal.

A Entidade desenvolveu um projeto florestal que envolveu: limpar a mata, desbastar as árvores, ordenamento florestal e plantar 5mil pinheiros num terreno agrícola do qual é titular. Durante o período coberto pelo relatório, este foi o único apoio financeiro recebido pelo governo português (Portugal2020) no valor de 210.000€. Neste terreno são realizados ensaios de eficácia com o composto produzido pela empresa e com a aplicação de lamas de diversas origens.

Na Carregueira (Chamusca), onde está localizado o centro de compostagem, a Entidade faz vários investimentos e apoio a serviços: patrocina a equipa de futebol da Vila Nova da Barquinha, colabora com a paróquia da Carregueira na recuperação de arte sacra e fornece gratuitamente composto orgânico à câmara da Chamusca e a algumas juntas de freguesia das proximidades.

A sede da empresa é em Setúbal, onde a Entidade tem a preocupação de fazer doações periódicas a associações de voluntariado como a CASA ou Tacho Solidário e promover atividades de apoio a famílias carenciadas em parceria com a Cáritas.

Uma organização pode ter vários impactos indiretos na economia, tais como mudanças de pequenas propriedades rurais para grandes plantações, implementar uma transformação tecnológica massiva nos estabelecimentos ou impactar o número de postos de trabalho dos fornecedores. Estes exemplos provêm de organizações em que a sua atividade tem impactos económicos significativos.

A Entidade relatada defende a necessidade de apoiar os fornecedores locais ou fornecedores que pertencem a grupos sociais vulneráveis. A empresa, ao investir nos fornecedores locais vai incrementar a economia local. Para além disso, procura que os seus fornecedores sejam quase na totalidade pequenas e médias empresas, para auxiliar e incrementar os negócios locais. Este é o caso de uma loja de ferragens na Carregueira que já cresceu desde que a Entidade se instalou na zona. Este pequeno fornecedor abastece com uma cadência bissemanal ferramentas, óleo lubrificante, massa consistente, entre outros.

A definição geográfica de local para a empresa inclui a comunidade entorno das suas “unidades operacionais importantes”, sendo que a Entidade opera em duas áreas distintas do país: Setúbal (sede e armazém da mitrena) e Chamusca (eco parque).

A Entidade relatada nunca esteve associada a nenhuma prática ilegal ou riscos relacionados com a corrupção, nem recebeu nenhuma possível denúncia de má conduta. De qualquer forma, se existisse uma denúncia, seria analisada e devidamente investigada com base

nas informações fornecidas. O compromisso da Entidade está ligado à honestidade, integridade e práticas responsáveis, descartando assim qualquer situação como suborno, lavagem de dinheiro, oferta ou recebimento de presentes, a indução para fazer algo desonesto ou ilegal. Por outro lado, até à data não foram desenvolvidas políticas e procedimentos de combate à corrupção. No entanto, a Direção deixa claro que não tolera qualquer tipo de corrupção praticada pelos seus colaboradores. Este relatório deverá servir para que a Direção avalie a necessidade da equipa receber formação sobre o combate à corrupção e a possibilidade de incluir um método de aconselhamento, advertências, suspensões e rescisões.

A Entidade não possui uma estratégia fiscal delineada. No entanto, a Direção procura estar informada de algumas estratégias fiscais pontuais que possam ser benéficas para a empresa. Por exemplo, a instalação do centro de compostagem no eco-parque do relvão na Chamusca permitiu beneficiar a Entidade com uma medida criada pelo governo para combater a desertificação no interior do país (medida interioridade). A empresa beneficiou com esta medida através de uma redução da percentagem de IRC a pagar.

A Direção tem uma política de tolerância zero no que respeita ao uso de paraísos fiscais, estratégias de elevado risco fiscal ou práticas tributárias que possam impactar negativamente a estrutura financeira da empresa e sua reputação. Em suma, Direção de empresa exerce um controle de gestão e risco fiscal baixo, procurando sempre cumprir com a legislação em vigor.

4.3.3 Proposta de divulgação de natureza ambiental

Com base nas entrevistas realizadas e na análise da documentação disponibilizada pela empresa, apresenta-se a seguinte proposta de divulgação sobre o impacto da Entidade no meio ambiente nos termos presentes nas normas GRI 103 e 300.

A Entidade tem na sua atividade uma função crucial para que a agricultura seja mais sustentável, ou seja, ao aplicar lamas (biossólidos) de ETARS nos solos, estamos a fornecer às culturas não só matéria orgânica, mas também azoto, o que permite que se reduzam as aplicações de agroquímicos (adubos químicos) sem que a produtividade das culturas sofra quebras e com isso reduzir a toxidade dos solos e dos lençóis freáticos. Não havendo este aporte de azoto, a agricultura por si só não seria suficiente para alimentar toda a população e era necessário ter maiores áreas de cultivo, o que levaria à desflorestação. Ao reduzir o consumo dos adubos químicos, reduzem-se consequentemente as emissões de óxido nitroso, um forte gás com efeito de estufa.

Adicionalmente, a Entidade tem a preocupação de otimizar as rotas e as cargas dos camiões para minimizar as viagens e transportar o máximo em cada carga e para além disso, pretende implementar um sistema rotativo de teletrabalho ou regime híbrido para reduzir as viagens dos colaboradores e marcar menos reuniões presenciais, recorrendo às ferramentas tecnológicas existentes na sala de multimédia (recentemente renovada).

Considerando que a atividade não permite chegar a uma descarbonização total devido à enorme quantidade de transportes efetuados anualmente, a Entidade optou por desenvolver um projeto de “offsetting” (compensar o que não se consegue cortar) plantando numa das suas propriedades mais de 5.000 pinheiros, através de um projeto florestal financiado pelo P2020.

Como empresa líder de mercado em gestão e valorização de resíduos, a Entidade pratica na integra um serviço de economia circular. Se os resíduos forem manuseados corretamente, no final do ciclo, podem tornar-se num recurso valioso. As lamas são resíduos utilizados como um recurso que valoriza os solos portugueses. Os agricultores, parceiros desta atividade, veem os seus terrenos beneficiados com a aplicação de lamas, retirando um benefício agronómico para as culturas e para o ambiente.

Para além dos agricultores, todos os terrenos agrícolas e florestais, com especial incidência nos mais pobres e, por isso, mais suscetíveis à erosão e degradação, beneficiam com a utilização deste material para valorização agrícola. De salientar também o importantíssimo papel que as lamas têm na prevenção contra os incêndios florestais. Uma vez que uma grande parte das lamas são aplicadas em floresta (pastagem sob coberto de montado) e esta aplicação sucede-se a mobilização dos terrenos florestais, deixando-os limpos de mato e de massa combustível lenhosa.

Ambientalmente, este sector permite que as lamas recebam o tratamento recomendado e impede que sejam encaminhadas para destinos menos corretos, como os aterros ou a incineração de lamas.

Para entender melhor os impactos da Entidade relacionados com a utilização de materiais e matérias-primas, é necessário descrever as principais operações da Entidade relatada e os materiais associados à atividade da mesma.

O processo de recolha, armazenagem temporária e compostagem de resíduos biodegradáveis pode ser descrito da seguinte forma:

- a. Recolha em vários produtores de resíduos;

- b. Transporte até a empresa;
- c. Pesagem;
- d. Descarga;
- e. Armazenagem
- f. Trituração
- g. Compostagem
- h. Maturação de composto;
- i. Crivagem de composto;
- j. Armazenagem de composto;
- k. Carga (composto);
- l. Pesagem;
- m. Transporte até destino final.

Para que a Entidade preste os seus serviços, são utilizados, indiretamente, materiais como: eletricidade, combustíveis fósseis e água. Diretamente na atividade, mais precisamente na compostagem, algumas lamas sofrerão uma operação de calagem com cal hidratada

O diagrama seguinte explicita os diferentes tipos de energia consumida, bem como, quais os equipamentos onde as diferentes fontes são utilizadas e para que efeito processual e não processual. Nesta instalação não há produção de energia.

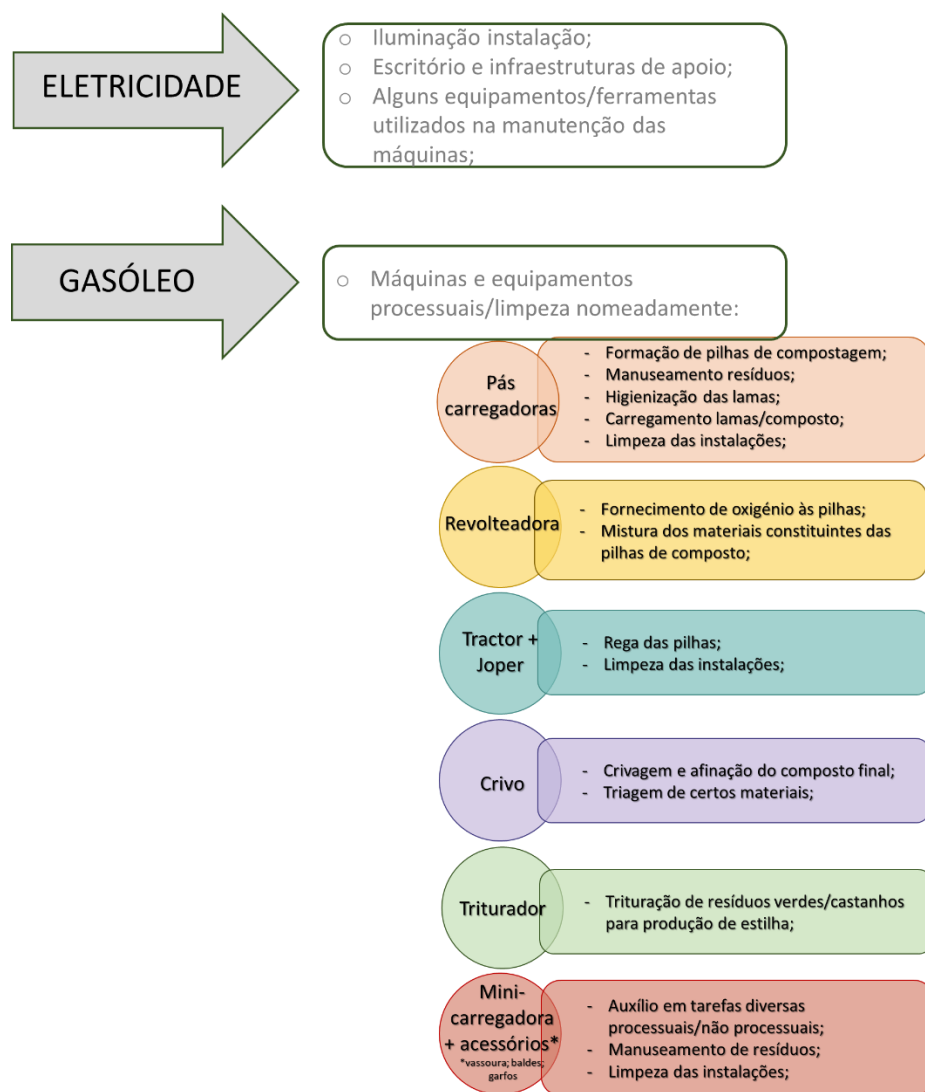


Figura 3 – Fontes de energia utilizadas e equipamentos utilizados

As Tabelas 4 e 5 refletem as quantidades de gasóleo/eletricidade consumidos na Unidade da Entidade no centro de compostagem, em 2020.

MÊS	LUZ CENTRO	GASOLEO CENTRO
JANEIRO	0,09	1,31
FEVEREIRO	0,11	1,44
MARÇO	0,10	1,36
ABRIL	0,03	1,10
MAIO	0,06	0,80
JUNHO	0,05	0,80
JULHO	0,12	1,53
AGOSTO	0,06	1,26
SETEMBRO	0,04	1,45
OUTUBRO	0,05	1,28
NOVEMBRO	0,22	2,16
DEZEMBRO	0,07	1,52
TOTAL	1,00	16,02

	Coeficiente	Unidade
Gasóleo	1,034	tep/T

	Coeficiente	Unidade
Eletricidade	215	tep/GW/h

Tabelas 4 e 5 – Consumo de gasóleo e eletricidade em 2020

Na atividade da Entidade não existe qualquer tipo de captação ou descarte de água. O consumo de água é feito pelo processo habitual em qualquer das unidades físicas da empresa. Adicionalmente, não há registo de utilização de água que não estivesse disponível para o uso para a comunidade local

Os consumos médios nas instalações da entidade foram de 77,75 m³/mês no caso da água e de 0,389 MWh no caso da eletricidade.

A caracterização das emissões gasosas foi determinada pela última vez em 2017 (uma vez que não se registou desde essa data qualquer alteração no processo produtivo desta unidade). Foram determinadas em diferentes locais da unidade de gestão de resíduos (7 pontos de medição, nomeadamente 2 pontos na zona de armazenagem de lamas, 2 pontos em cada uma das duas zonas de compostagem e escritório), estando os resultados obtidos através da monitorização dos agentes químicos apresentados na tabela 6.

Parâmetros	Zona Compostagem 1	Zona Compostagem 1	Zona Armazenagem 1	Zona Armazenagem 1	Zona Compostagem 2	Zona Compostagem 2	Escritório	VLE-MP	Unidades
COV's Totais (Compostos Orgânicos Voláteis)	<0,1	<0,1	5	3	1	1	0,03	25	mg/Nm ³
HCN (P)	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	N.def.	ppm
CO ₂ (Dióxido de Carbono)	375	377	399	404	407	407	511	5000	ppm
H ₂ S (Ácido Sulfídrico)	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	10	ppm
CO (Monóxido Carbono)	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	25	ppm
NH ₃ (Amoníaco)	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	25	ppm
CH ₄ (Metano)	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	5 (LEL)	%

VLE-MP = Valor limite de exposição - média ponderada (concentração média durante um dia de trabalho de 8h ou 40 horas semanais, ponderada em função do tempo de exposição, que nunca deve ser excedida - segundo a NP1796).

Tabela 6 – Resultados obtidos da monitorização dos agentes químicos.

Os principais resultados obtidos com este ensaio permitiram concluir que:

Os Compostos orgânicos totais encontraram-se abaixo do limite recomendado (CCDR – LVT) em todos os locais;

O nível inferior de explosividade em metano apresenta-se abaixo do limite em todos os locais;

O composto inorgânico amónia (NH₃) estava abaixo dos limites em todos os pontos avaliados. O nível de ação não foi sequer excedido em nenhum ponto;

O Composto inorgânico ácido sulfídrico (H₂S) ficou abaixo dos limites em todos os pontos avaliados. O nível de ação não foi sequer excedido em nenhum ponto;

O Composto inorgânico ácido cianídrico (HCN) está abaixo dos limites em todos os pontos avaliados. O nível de ação não foi sequer excedido em nenhum ponto;

O Monóxido de carbono (CO) estava abaixo dos limites em todos os pontos avaliados. O nível de ação não foi sequer excedido em nenhum ponto;

O Dióxido de carbono (CO₂) encontrava-se abaixo do limite ponderado a 8 horas (5000 ppm) em todos os locais e mesmo abaixo do limite do DL 79/2006 de 4 de abril para espaços de serviços (1000 ppm).

A entidade tem várias medidas para reduzir as emissões difusas e os odores. Quando o processo de compostagem não decorre convenientemente podem ocorrer libertação de gases com efeito de estufa e maus cheiros. Assim a falta de arejamento, a rápida degradação do substrato e o tamanho excessivo das pilhas podem criar situações de anaerobiose. Os revolteamentos periódicos das pilhas de compostagem, aumentam o arejamento dos materiais evitando a criação de zonas de anaerobiose, sendo uma medida para controlar a emissão de gases, entre os quais, o metano, e a consequente libertação de odores desagradáveis. Nas lamas armazenadas, uma das formas de controlar a emissão de gases e odores desagradáveis será através da adição de cal hidratada que reduzirá a atividade microbiológica das lamas reduzindo a libertação de odores. Moléculas gasosas que contêm azoto e enxofre que se desenvolvem principalmente em situações de decomposição anaeróbica da matéria orgânica, são a principal causa da libertação de odores na lama armazenada. Quando a cal é adicionada os microrganismos envolvidos neste processo, assim como, os de carácter patogénico são amplamente inibidos ou destruídos em ambientes elevadamente alcalinos. A aplicação de cal em quantidade que proporcione a criação deste ambiente alcalino afeta igualmente as características físicas e químicas dos biossólidos. À medida que o pH das lamas aumenta de neutro para básico (pH 12) ocorre uma transformação de ião amónio (NH₄⁺) para amoníaco (NH₃). Alguns destes gases podem ser libertados em situações de arejamento das lamas provocadas pelo manuseamento e processamento das lamas estabilizadas, podendo verificar-se a alteração dos níveis de azoto nas lamas no decorrer deste processo. O manuseamento dos biossólidos também pode ocasionar a libertação de amoníaco e aminas, podendo registar-se alguns problemas de odores na altura de processamento das lamas

A Figura 4 resume quais são as principais entradas de resíduos e as suas origens.

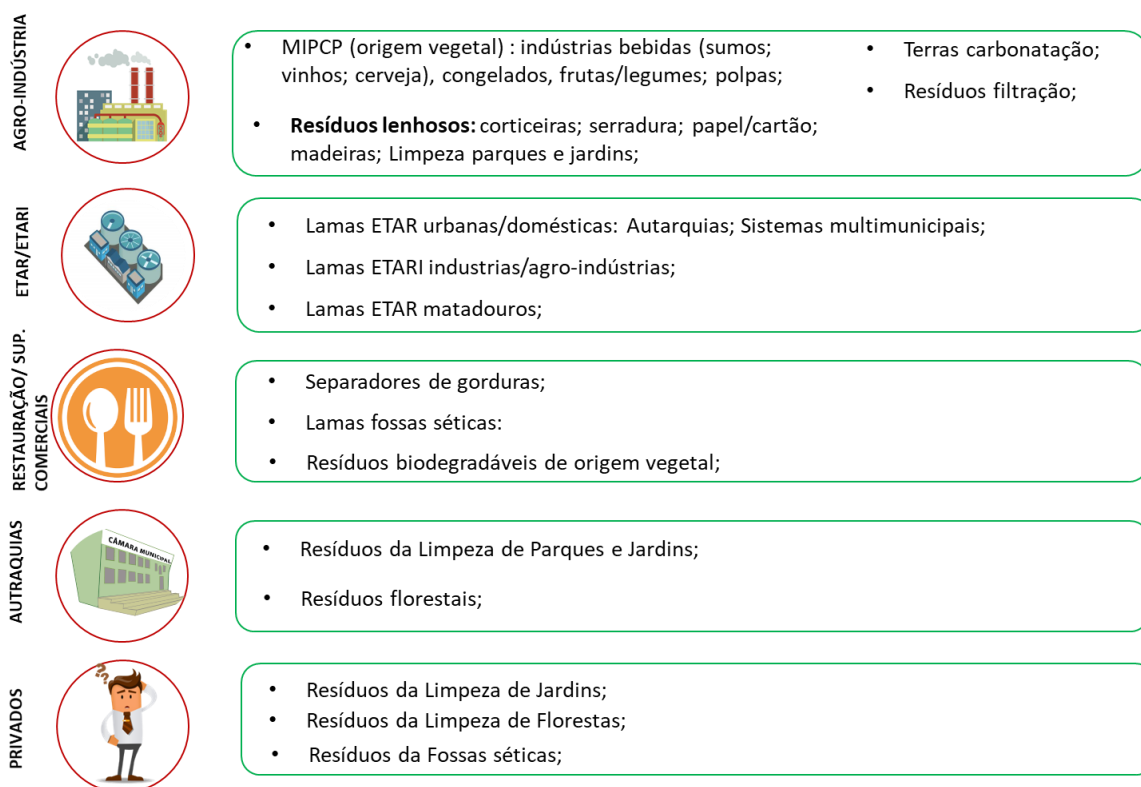


Figura 4 – Entradas de resíduos e as suas origens

O diagrama da Figura 5 identifica as principais etapas processuais das atividades desenvolvidas na unidade de OGR (Operador de Gestão de Resíduos) da Entidade, no eco-parque do Relvão, identificando as saídas de resíduos, produzidos durante a fase processual, os quais resultam de processos de triagem/separação de resíduos.

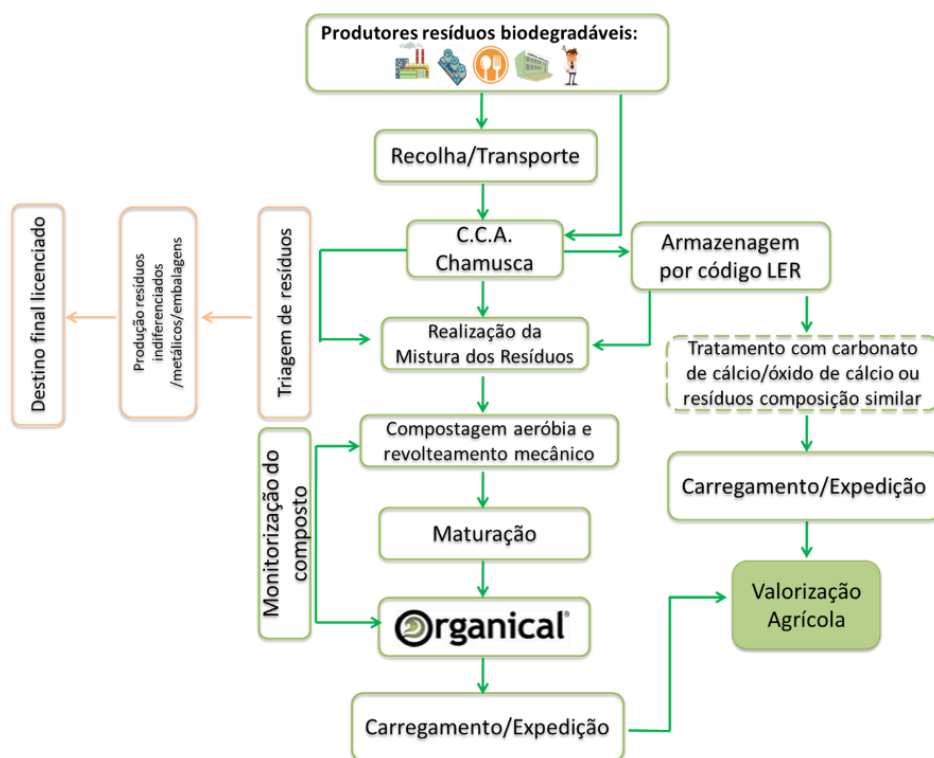


Figura 5- Diagrama descritivo das atividades desenvolvidas

São também gerados outros resíduos na instalação, resultantes da manutenção de máquinas e equipamentos, separador de hidrocarbonetos da zona de abastecimento de combustível da unidade, escritório, ou de outras situações pontuais. Todos os resíduos produzidos são encaminhados para destino licenciado e declarados.

Até ao dia de hoje, a Entidade não realizou uma avaliação formal dos seus fornecedores com base em critérios ambientais e sociais. No entanto, sendo a Entidade uma empresa dedicada à agricultura, uma das principais preocupações da Direção e dos seus colaboradores é provocar um impacto positivo no meio ambiente, não só através da sua atividade como também de pequenos cuidados que devem ter para reduzir e mitigar impactos ambientais negativos. Quando o Diretor Geral seleciona os seus fornecedores, na sua maioria empresas de transportes, é feita uma avaliação dos pontos fortes e fracos dos fornecedores, sendo que um dos principais critérios de escolha é o impacto da sua atividade no meio ambiente. Apesar de não ser feita uma avaliação formal, são tomadas decisões com base neste critério.

Uma das razões pela qual a Entidade selecionou a SANTAG S.A como principal fornecedor de transportes foi pela sua frota de veículos ecológicos com baixas emissões de carbono. A empresa utiliza os camiões denominados como “Euro-6” que estão de acordo com o padrão de europeu de emissões. Por exemplo, para efetuar a recolha das lamas da ETAR de Alcântara, os transportadores têm de entrar numa zona subterrânea, sendo necessário garantir

a qualidade do ar. A Entidade revela assim o a sua preocupação não só com os critérios ambientais, mas também com as condições de trabalho dos transportadores e os operadores da ETAR.

4.3.4 Proposta de divulgação de natureza social

Com base na análise da documentação recolhida e nas entrevistas realizadas, apresenta-se a seguinte proposta de divulgação sobre o impacto da Entidade na sociedade, nos termos presentes na norma GRI 103 e na GRI 400.

A Entidade é um local de trabalho conceituado devido aos seus salários competitivos, excelentes benefícios de saúde, ambiente de trabalho seguro e acessível, oportunidades de progressão de carreira, foco na sustentabilidade, mas sobretudo pela sua preocupação e dedicação com os colaboradores.

Tendo plena consciência que o sucesso da empresa depende do sucesso intrínseco de cada colaborador, a Direção procura exercer uma forma de gestão “employee centricity”. Esta é uma abordagem que visa posicionar os colaboradores no centro da gestão. Desta forma, não basta que cada colaborador tenha disponível as ferramentas necessárias para o seu desenvolvimento profissional, para além disso, é crucial compreender como as pessoas querem trabalhar e como a Entidade os pode inspirar.

A Direção procura estar informada sobre o nível de satisfação de cada um dos colaboradores, não só devido à sua vertente humana, mas também pelo papel fundamental que desempenham. A Direção vê os funcionários como o motor da empresa sabendo que nunca vai conseguir alcançar resultados sem a sua musculada equipa. Por isso, procura que se sintam valorizados no dia-a-dia, que se sintam bem no seu local de trabalho e que tenham um bom “*work/life balance*”.

Desta forma, a gestão procura que cada funcionário se sinta seguro, integrado e com possibilidade de progressão de carreira. Para isso, a Direção ambiciona que os colaboradores se sintam saudáveis na sua plenitude. Entenda-se por saudável, um bem-estar físico, mental e social.

Neste aspeto, a Direção considera que os benefícios extra proporcionados pela empresa, o plano de contingência contra a covid-19, o teletrabalho, a formação e a segurança e a saúde no trabalho são alguns dos fatores chave que devem ser cumpridos para que os colaboradores estejam saudáveis.

No ano 2020, a Entidade contratou uma pessoa do sexo masculino entre os 30 e 50 anos e no ano de 2021 contrataram uma administrativa e um operador de máquinas para o centro da Chamusca. Dos novos colaboradores, o contratado em 2020 é engenheiro agrónomo e os dois colaboradores mais recentes têm a escolaridade obrigatória concluída (12º ano).

Sendo uma PME com relativamente poucos colaboradores, é desafiante cumprir uma percentagem equiparável de mulheres/homens e jovens/adultos de meia-idade. No entanto, a Direção procura a olhar com maior atenção e dedicar esforços para implementar práticas inclusivas de recrutamento com base no gênero e na idade.

Quanto à contratação de colaboradores de diferentes regiões, estes estão divididos por três áreas do país. Em Setúbal, trabalham onze colaboradores onde se encontram as instalações da empresa, na Mitrena trabalha uma pessoa onde existem um centro de armazenamento de resíduos orgânicos e na Chamusca trabalham três operadores, uma administrativa e um engenheiro do ambiente, local onde se situa o centro de compostagem.

A taxa de rotatividade da Entidade é reduzida. Em 26 anos de operação nunca existiu um despedimento. Por outro lado, já existiram quatro demissões e uma pessoa trabalhou até à idade da sua reforma. Apenas uma dessas demissões ocorreu no ano de 2020. Um dos colaboradores decidiu mudar de área profissional e apresentou a sua demissão sendo substituído por um dos seus colegas que na altura já fazia parte das suas funções. Atualmente, incorpora todas as suas funções.

A baixa taxa de rotatividade de colaboradores indica um nível elevado de satisfação entre os mesmos. Adicionalmente, o facto de não existir um padrão desigual de rotatividade por idade ou gênero indica que não existem desigualdades no local de trabalho.

Todos os colaboradores estão efetivos e trabalham a full time. Os mesmos beneficiam de seguro de saúde, plano de saúde e oito colaboradores têm viatura da empresa. A Entidade reconhece os seus colaboradores pela sua unicidade e pelas suas valências. Numa empresa com um número reduzido de funcionários, é crucial que os direitos e necessidades dos seus colaboradores sejam reconhecidos. Por isso, para além dos benefícios mínimos, a Entidade oferece ainda um dia extra de descanso no dia de aniversário, no dia 24 e 31 de dezembro. Existe também um horário flexível, especialmente para as mães e pais de família. Desta forma, os investimentos da Entidade nos seus recursos humanos procuram proporcionar uma melhor qualidade de vida profissional e social e consequentemente multiplicar a retenção de colaboradores.

Todos os seus colaboradores têm direito à licença de maternidade/paternidade permitida por lei, e flexibilidade no horário de trabalho em casos particulares. O caso mais recente de um colaborador do gênero masculino que se encontra atualmente no último mês da sua licença. Este colaborador foi o único que esteve com licença de paternidade em 2020.

No período coberto pelo relatório, todos os colaboradores (masculinos ou femininos) que estiveram de licença de maternidade/paternidade, retornaram ao trabalho e continuaram colaboradores na mesma função ou numa função compatível 12 meses depois. Desta forma, tanto a taxa de retorno ao trabalho como a taxa de retenção são iguais a 100%. Nenhuma mulher ou homem foram estimulados a não usufruir da licença a qual têm direito. A Entidade apoia e incentiva os seus colaboradores a usufruírem da sua licença e que tal não prejudicará o seu trabalho.

A Entidade realiza e divulga junto dos seus colaboradores, a identificação de potenciais perigos inerentes à avaliação dos riscos, associados às suas atividades, tendo implementadas medidas que permitem controlar, gerir e minimizar esses potenciais riscos significativos, para a segurança e saúde dos colaboradores.

Para além disso, foram organizados os serviços de saúde no trabalho, sendo que a empresa dispõe de um serviço externo no domínio da saúde, onde são realizadas ações de promoção da saúde. Não obstante, tanto na formação de acolhimento a novos colaboradores, como no plano de formação anual de 2020, foram realizadas sessões com temas como: COVID-19 - plano contingência, avaliação e controlo dos riscos, primeiros socorros e gestão da prevenção - gestão da segurança e saúde, algumas destas ações decorreram em modo webinar, tendo em conta o regime de teletrabalho.

A saúde e segurança no trabalho é um dos pontos mais importantes na forma de gestão. De forma a garantir o bem-estar dos colaboradores, são realizados semestralmente inquéritos de consulta. Com estes inquéritos, pretende-se avaliar o grau de conhecimento e satisfação sobre as questões relacionadas com o Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e Responsabilidade social. Estes servem também para impulsionar novos meios de interação entre todos os colaboradores da empresa, promovendo a melhoria do seu desempenho ambiental, assim como a segurança dos mesmos, dos equipamentos e instalações.

Para os novos colaboradores é preparada uma ação de formação de acolhimento com a responsável do Sistema de Gestão Integrado e com a chefia direta, onde são dadas a conhecer as tarefas a desempenhar, o manual de funções, avaliação de riscos e perigos da atividade, os

procedimentos a adotar e as regras da Entidade, assim como, formação para utilização e entrega dos EPI'S necessários ao desempenho das funções.

Aos novos colaboradores é facultado a realização de exames de admissão, com recurso a uma empresa externa de medicina no trabalho. Os restantes colaboradores realizam exames periódicos. São tidas em consideração a prevenção e alterações de questões da saúde, das doenças e possíveis acidentes profissionais, assim como das questões ergonómicas, de higiene e segurança, fisiológicas e toxicológicas relacionadas com as condições e ambiente de trabalho.

Tendo como finalidade a promoção da saúde e bem-estar dos colaboradores, no seu ambiente profissional, a empresa investiu em equipamentos ergonómicos, como bases para ecrãs de computador, apoios para pulsos ratos, teclados, e cadeiras anatómicas. Foi também adotado o regime de teletrabalho em 2020/21, para o efetivo exercício funções, por determinado período de tempo, para os colaboradores em que se manifestou compatibilidade funcional com as tarefas a desempenhar.

No ano de 2020, a sala de reuniões foi equipada com aparelhos multimédia, possibilitando a aproximação, a clientes, fornecedores e colaboradores, durante a fase de confinamento em que muitos se encontravam em teletrabalho, o que se traduziu numa prática comunicativa que a empresa pretende adotar doravante.

A aquisição de equipamentos de proteção individual, como, álcool gel, mascaras e luvas, no âmbito da proteção dos colaboradores à pandemia COVID-19, foram sempre uma prioridade por parte da Entidade, promovendo a prevenção e mitigação da propagação da doença, em conformidade com o descrito no plano de contingência interno.

Durante o ano de 2020 não se registaram acidentes de trabalho, não houve registo de impactos de saúde e segurança no trabalho, não existiram doenças ligadas às atividades profissionais. De qualquer forma, todos os colaboradores estão abrangidos no sistema de gestão de saúde (seguro de saúde).

No que respeita à capacitação e educação dos colaboradores, cada um recebe em média 12 horas de capacitação por ano, por empregado, sendo que na sua maioria são relacionadas com normas e implementações de higiene e segurança no trabalho. De momento a Entidade não oferece programas para o aperfeiçoamento de competências dos colaboradores e de assistência para transição de carreira. Isto não significa que os seus colaboradores não tenham possibilidade de progressão de carreira ou de aumento na remuneração. Pelo contrário, durante o período abrangido pelo relatório, a Entidade decidiu aumentar a remuneração de quatro dos

seus colaboradores, com base numa avaliação feita diretamente com as pessoas em questão que incluiu um balanço dos resultados da sua atividade durante o último ano.

Até ao dia de hoje, os funcionários não receberam avaliações formais e regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira. De qualquer forma é feita uma avaliação informal, periodicamente para avaliar a progressão de carreira nas funções em que tal é pertinente.

A Entidade relatada tem apenas um indivíduo que integrou o quadro da Direção que zela pela diversidade e igualdade salarial e de oportunidades dos seus colaboradores.

No que diz respeito aos direitos humanos, ao código de conduta da Entidade segue a norma internacional dos dez princípios das nações unidas, aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2011.

A atividade da empresa tem impacto nas comunidades locais, entendidas como o grupo de pessoas que vivem ou trabalham em áreas sujeitas a impactos (positivos ou negativos) sociais, económicos ou ambientais resultantes das operações de uma empresa, incluindo tanto as pessoas que vivem próximo das instalações da Entidade com as que vivem afastadas.

No centro de compostagem da Chamusca, apesar de se situar num eco-parque, por vezes o odor proveniente da compostagem impacta ligeiramente a comunidade mais próxima. Para compensar ou mitigar estes impactos a Entidade procura estar atenta a oportunidades ou ações que promovam impactos positivos nesta comunidade. Pintar a Igreja, patrocinar o equipamento de futebol da equipa local, fornecer material escolar e apoiar as obras de recuperação de arte sacra pertencente à paróquia da Carregareira são exemplos das ações que já foram tomadas em parceria com a câmara da Chamusca. No entanto, a Entidade nunca sofreu de uma queixa formal por parte da comunidade local.

Como já foi referido anteriormente, a Entidade tem três estabelecimentos distintos: o centro de compostagem (chamusca), escritório e o armazém (em Setúbal). Ainda que o impacto seja proporcional à dimensão da empresa, verifica-se um impacto positivo no que respeita à criação de postos de trabalho, assim como um impacto positivo na valorização de terrenos agrícolas. Por outro lado, a compostagem gera alguns maus odores que pode impactar a comunidade local assim como o ruído gerado pelo transporte das lamas.

A Entidade já participou no desenvolvimento de políticas públicas através de contribuições (financeiras ou não) feitas a partidos ou causas políticas. Por ser uma empresa conceituada na cidade de Setúbal e ter projetos de grande dimensão que implicaram diversas

reuniões, a sua relação com a Câmara de Setúbal foi se estreitando ao longo do tempo. No entanto, a Entidade não tem qualquer tipo de metas políticas e a sua Direção não está associada a nenhum partido. Não foram efetuadas quaisquer contribuições diretas, sejam elas financeiras ou de outra natureza, mas a Entidade sempre se demonstrou disponível para participar em ações e atividades propostas pela Câmara de Setúbal. Patrocinar o equipamento e as refeições da equipa local de basquetebol foi a mais recente ação feita pela empresa, em articulação da presidente da Câmara de Setúbal.

Assim, de forma indireta, foi feita uma contribuição política, sendo que esta não estaria ligada com as aspirações políticas, mas sim com os valores da empresa e a sua vontade de proliferar as relações com a câmara da principal cidade onde atua.

Desde a sua génese, a Entidade não esteve envolvida em qualquer processo relacionado com fraude contabilística ou fiscal, corrupção, suborno, entre outras. A Direção tem conseguido garantir que as operações estejam em conformidade com a legislação aplicável. Adicionalmente, a Direção demonstra preocupação em garantir que os colaboradores desempenham as suas operações, sempre de acordo com as práticas de gestão, normas de conduta e com as leis do país. Além disso, considerando o peso que o histórico de uma empresa pode ter nas possibilidades de expansão e obtenção de licenças a Entidade procura ter um histórico exímio e exemplar, uma vez que a sua atividade depende da capacidade das licenças de utilização de lamas em solos agrícolas (DPO's e PGL's).

Capítulo 5. Conclusão

Este projeto analisa as práticas de sustentabilidade da “Terra Fértil”, uma empresa do setor ambiental e agrícola. Pioneira na sua atividade em Portugal, está na vanguarda das tecnologias disponíveis para o tratamento de lamas de ETAR. A vasta experiência que detém nesta atividade, permite-lhe dispor da imprescindível capacidade técnica e dos conhecimentos agrícolas fundamentais para efetuar uma correta valorização agrícola, mediante a seleção dos solos a fertilizar para cada tipo de lamas, permitindo uma aplicação otimizada deste resíduo, tendo sempre presente a preservação ambiental. Por isso os agricultores, as Águas de Portugal e várias empresas de diferentes setores contam com a organização para dar solução às lamas e encaminhá-las legalmente para os terrenos agrícolas.

Com base na análise documental e na realização de um conjunto de entrevistas semiestruturadas, apresenta-se uma proposta de informação a divulgar por esta empresa num relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes do GRI.

A Entidade tem um impacto social, ambiental e económico, positivo na sociedade. Por isso, e em linha com os tópicos materiais identificados na matriz de materialidade, procura ter um papel importante no que respeita à reutilização de resíduos e à economia circular, uma vez que, a sua atividade tem a capacidade de transformar um resíduo num recurso que mais tarde será utilizado para enriquecer os solos e torná-los mais sustentáveis. A Entidade procura respeitar os direitos humanos e assegurar a saúde e segurança dos seus colaboradores, implementando todas as recomendações da legislação e realizando inspeções periódicas. Para além disso, procura cada vez ter um consumo de energia e água cada vez mais controlado e responsável para diminuir a sua pegada ecológica. Adicionalmente, é premissa da Entidade fomentar a participação na comunidade local e as relações com os seus clientes para que o negócio possa proliferar.

Apesar de nunca ter preparado um relatório de sustentabilidade, a Entidade revelou estar consciente da necessidade de desenvolver uma estratégia que promova o desenvolvimento sustentável e a importância da divulgação de informação sobre sustentabilidade.

Assim, este projeto demonstra que é possível preparar informação estruturada sobre sustentabilidade não apenas em grandes empresas, mas também em empresas de menor dimensão. Além disso, espera-se que este projeto traga benefícios para a empresa em análise, fomentando a reflexão sobre as medidas que estão a ser e possam vir a ser desenvolvidas de modo a promover o desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

- Albers, C.; Günther, T. Disclose or not disclose: Determinants of social reporting for STOXX Europe 600 firms. *Z. Plan. Unternehm.* 2010, 21, 323–347
- Alonso-Almeida, M., Llach, J., & Marimon, F. (2014). A Closer Look at the Global Reporting Initiative Sustainability Reporting as a Tool to Implement Environmental and Social Policies: A Worldwide Sector Analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental*
- Amran, A. and Haniffa, R. (2011), “Evidence in development of sustainability reporting: a case of a developing country”, *Business Strategy and the Environment*, Vol. 20 No. 3, pp. 141-156.
- Ashton, W., S. Russell, and E. Futch. 2017. “The Adoption of Green Business Practices among Small US Midwestern Manufacturing Enterprises.” *Journal of Environmental Planning and Management* 60 (12): 2133–2149. <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/mission/principlesManagement>, 21, 318-335 <http://dx.doi.org/10.1002/csr.1318>
- Baumann-Pauly, D.; Wickert, C.; Spence, L.J.; Scherer, A.G. Organizing corporate social responsibility in small and large firms: Size matters. *J. Bus. Ethics* 2013, 115, 693–705.
- Brockett, A and Rezaee, Z. (2012) *Corporate sustainability _ integrating performance and reporting*, Hoboken: John Wiley & Sons, Inc.
- Bebbington, J., Kirk, E.A. and Larrinaga, C. (2012), “The Production of Normativity: a comparison of reporting regimes in Spain and the UK”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 37 No. 2, pp. 78-94.
- Belkaoui A, Karpik PG (1989) Determinants of the corporate decision to disclose social information. *Account Audit Account J* 2(1):36–51
- Buchholz, R.A., Rosenthal, S.B., 2005. Toward a contemporary conceptual framework for stakeholder theory. *Journal of Business Ethics* 58, 137e148.
- Campbell, D., Craven, B., Shrives, P., 2003. Voluntary social reporting in three FTSE sectors: a comment on perception and legitimacy. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 16, 558e581.
- Carini, C., Rocca, L., Veneziani, M. and Teodori, C. (2018), “Ex-Ante impact assessment of sustainability information–the directive 2014/95”, *Sustainability*, Vol. 10 No. 2, p. 560.
- Cho, C.H., Laine, M., Roberts, R.W. and Rodrigue, M. (2015), “Organized hypocrite, organizational façades, and sustainability reporting”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 40, pp. 78-94.
- Connelly, B.L., Certo, S.T., Ireland, R.D., Reutzel, C.R., 2010. Signaling theory: a review and assessment. *Journal of Management* 37, 39e67.
- Czarniawska, B. and Sev.on, G. (1996), *Translating Organizational Change*, De Gruyter, Berlin.
- De Villiers, C., Rinaldi, L., & Unerman, J. (2014). Integrated reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1042–1067.
- Deegan, C., 2002. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures e a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 15, 282e311.
- Directive 2014/95/EU of the European Parliament and of the Council of 22 October 2014 Amending Directive 2013/34/EU as Regards Disclosure of Non-Financial and Diversity Information by Certain Large Undertakings and Groups. Available online: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32014L0095>
- Diouf, D. and Boiral, O. (2017), “The quality of sustainability reports and impression management: a stakeholder perspective”, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 30 No. 3, pp. 643-667.
- Diouf, D., & Boiral, O. (2017). Quality of sustainability reports and impression management: A stakeholders perspective. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 30(3), 643–667.

- DiMaggio, P.J., Powell, W.W., 1983. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review* 48, 147e160.
- Dowling, J., Pfeffer, J., 1975. Organizational legitimacy: social values and organizational behavior. *The Pacific Sociological Review* 18, 122e136.
- Ehnert, I., Parsa, S., Roper, I., Wagner, M. and Muller-Camen, M. (2016), “Reporting on sustainability and HRM: a comparative study of sustainability reporting practices by the world’s largest companies”, *The International Journal of Human Resource Management*, Vol. 27 No. 1, pp. 88-108.
- Etzion, D. and Ferraro, F. (2010), “The role of analogy in the institutionalization of sustainability reporting”, *Organization Science*, Vol. 21 No. 5, pp. 1092-1107.
- Freeman, R.E., 1984. *Strategic Management: a Stakeholder Approach*. Pitman, Boston.
- Fortanier, F., Kolk, A., Pinkse, J., 2011. Harmonization in CSR reporting: MNEs and global CSR standards. *Management International Review* 51, 665e696. <https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>
- Healy PM, Palepu KG (2001) Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. *J Account Econ* 31(1–3):405–440.
- Higgins, C., Stubbs, W., & Love, T. (2014). Walking the talk (s): Organisational narratives of integrated reporting. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1090–1119. <https://www.integratedreporting.org/>
- Higgins, C., Tang, S. and Stubbs, W. (2020), “On managing hypocrisy: the transparency of sustainability reports”, *Journal of Business Research*, Vol. 114, pp. 395-407.
- Jansen, E. P. (2018). Bridging the gap between theory and practice in management accounting: Reviewing the literature to shape interventions. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(5), 1486–1509. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-10-2015-2261>.
- Jacobsson, B. and Sahlin-Andersson, K. (2006), “Dynamics of soft regulations”, in Djelic, M.-L. and Sahlin-Andersson, K. (Eds), *Transnational Governance: Institutional Dynamics of Regulation*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 247-265.
- Keeble, J.J., Topioli, S. and Berkeley, S. (2003), “Using indicators to measure sustainability performance at a corporate and project level”, *Journal of Business Ethics*, Vol. 44, pp. 149-158.
- KPMG (2017). *KPMG International Amsterdam Survey of Corporate Responsibility Reporting*. 2017.
- KPMG. (2015). *Currents of change: The KPMG survey of corporate responsibility reporting 2015*. <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2015/11/kpmg-internationalsurvey-of-corporate-responsibility-reporting-2015.pdf>
- KPMG (2011), *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2011*, KPMG, Amsterdam.
- Knoepfel, I. (2001), “Dow Jones sustainability group Index: a global benchmark for corporate sustainability”, *Corporate Environmental Strategy*, Vol. 8 No. 1, pp. 6-15.
- Laplume, A.O., Sonpar, K., Litz, R.A., 2008. Stakeholder theory: reviewing a theory that moves us. *Journal of Management* 34, 1152e1189.
- Marshall, S., Vaiman, V., Napier, N., Taylor, S., Halsberger, A., Andersen, T., 2010. The end of a “Period”: sustainability and the questioning attitude. *Academy of Management Learning & Education* 9, 477e487.
- Meyer, J.M., Rowan, B., 1977. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology* 83, 340e363.
- Mio, C. (2010). Corporate social reporting in Italian multi-utility companies: an empirical analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17, 247–271. <http://dx.doi.org/10.1002/csr.213>

- Moneva, J. M., Archel, P., & Correa, C. (2006). GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. *Accounting Forum*, 30(2), 121–137. <https://sustainability.wm.com/gri/>
- Molla, M., Ibrahim, Y and Ishak, Z. (2019), "Corporate Sustainability Practices: A Review on the Measurements, Relevant Problems and a Proposition", *Global Journal of Management and Business Research*, Vol. 19, No. 1, pp. 1-8.
- Morsing, M., & Schultz, M. (2006). Corporate social responsibility communication: Stakeholder information, response and involvement strategies. *Business Ethics: A European Review*, 15(4), 323–338.
- Morsing M, Perrini F. CSR in SMEs: Do SMEs matter for the CSR agenda? *Business Ethics: A European Review* 2009; 18(1): 1–6.
- Nin Ho, F.; Wang, H.-M.D.; Ho-Dac, N.; Vitell, S.J. Nature and relationship between corporate social performance and firm size: A cross-national study. *Soc. Responsib. J.* 2019, 15, 258–274.
- Spence, M., 1973. Job market signaling. *The Quarterly Journal of Economics* 87, 355 e 374.
- Yin, R. K. 2018. *Case Study Research and Applications: Design and Methods* (6th ed.). Los Angeles: SAGE.

Anexos

Anexo A: Breve explicação das normas não aplicáveis

Norma GRI 201 - A Entidade não possui um sistema para calcular as implicações ou os custos financeiros relacionados com as alterações climáticas, portanto não é possível agregar informações para a norma. Contudo, este relatório deverá servir para incentivar a Entidade a delinear um plano para desenvolver os sistemas necessários para este fim.

Norma GRI 206 - O mesmo se aplica para a práticas injustas de negócio como o abuso de posição de mercado, de concorrência desleal ou fixação de preços. Para além disso, não existe nenhum caso de ações judiciais relacionado com este tema. Por esta razão a norma não se aplica.

Norma GRI 304 - Não existem unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental nem em áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental. As atividades da Entidade não têm impactos positivos ou negativos na flora ou na fauna onde os seres vivos estão instalados. Uma vez que nenhum dos centros de atividade estão inseridos em REN (Reserva Ecológica Nacional) nem estamos em RAN (Reserva agrícola Nacional). Deste modo podemos concluir que a atividade da Entidade não impacta a diversidade biológica.

Norma GRI 307 - Durante o período coberto pelo relatório, não foi identificado nenhum caso de não conformidade com leis e/ou regulamentos ambientais. A solidez do histórico de conformidade da Entidade reflete o esforço diário de toda a equipa na obtenção de DPO's e PGL's para que toda a gestão e valorização das lamas seja feita de forma legal.

Norma GRI 402 - Sendo uma PME com 17 colaboradores, temas como a negociação coletiva nunca foram tratados. No entanto, este relatório deverá servir para sensibilizar não só a Entidade patronal como os colaboradores para o papel importante que este tipo de negociações pode ter. Quanto às mudanças sem o devido aviso prévio, após entrevistar vários colaboradores, foi possível concluir que não existiram mudanças operacionais significativas que pudessem afetá-los substancialmente. Mais se acrescenta, que não existe um sindicato e os colaboradores não sentem a necessidade de um por terem boas relações de trabalho com a Direção.

Norma GRI 406 - À data de hoje não existem atos de discriminação ou tratar pessoas de forma desigual. Cada pessoa é trata de forma justa e respeitosa, quer pela Direção quer entre

os colaboradores. Não foi registado qualquer tipo de assédio, comentário ou ação indesejável. O mesmo se aplica para fornecedores e stakeholders. Numa das entrevistas realizadas, o Diretor Geral chegou mesmo a afirmar que a Entidade repudia qualquer tipo de discriminação (social, saúde, orientação sexual, assédio, etc).

Norma GRI 407 - No caso da Entidade, não existem situações em que o direito dos colaboradores de exercer liberdade sindical esteja a ser violado. A Direção reconhece e defende a liberdade de associação como um direito humano e dos colaboradores conforme está definido por declarações e conceções internacionais. Deste modo a norma não é aplicada, mas é reconhecida pela sua importância.

Norma GRI 408 - Trabalho Infantil & GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo - A definição de trabalho infantil, acordada internacionalmente, foi estabelecida com a Convenção nº 138 da Entidade Internacional do Trabalho (OIT) “Idade Mínima”. Apesar de não terem sido tomadas medidas para contribuir para a efetiva abolição do trabalho infantil, a empresa está consciente da idade mínima deferida pelo governo de Portugal. Não existe risco significativo de casos de trabalho infantil em qualquer operação realizada pela empresa ou por qualquer fornecedor da mesma. O mesmo se aplica para o risco associado de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo.

Norma GRI 410 - Entidade não emprega pessoal de segurança, portanto a norma não se aplica.

Norma GRI 411 - Não existem casos de violação de direitos de povos indígenas, nenhum dos colaboradores da empresa ou dos fornecedores faz parte de um povo indígena.

Norma GRI 414 – Os conteúdos da norma podem fornecer informações sobre a abordagem da Entidade para prevenir e mitigar impactos sociais negativos na sua cadeia de fornecedores. Até ao dia de hoje, a Direção não sentiu a necessidade de avaliar os seus fornecedores de acordo com os critérios sociais. O seu principal fornecedor (SANTAG S.A) não tem qualquer registo de violação dos direitos humanos abordados nas normas 400, e já trabalham em conjunto há mais de 15 anos. Por conseguinte, o percentual de novos fornecedores selecionados com base nos critérios sociais é igual a zero. Porém, este relatório deverá realçar a importância dos direitos humanos e do respeito dos mesmos.

Norma GRI 416 - O ciclo de vida do serviço prestado pela Entidade não impacta a saúde ou segurança da Entidade contratante (ETAR). Mais se informa que a Entidade não tem identificado nenhum caso de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários.

Norma GRI 417 - trata a questão da informação e rotulagem de produtos e/ou serviços, incluindo também a comunicação de marketing. A Entidade, não comercializa produtos, portanto a rotulagem não se aplica. Por outro lado, a comunicação justa e transparente é importante para uma boa e justa imagem de Marketing.

Norma GRI 418 - É de referir que não foi identificado nenhuma queixa relativa à violação da privacidade e perda de dados dos clientes.

Anexo B: Demonstração de Resultados de 2020

TERRA FERTIL - GESTÃO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, S.A
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2020

Data: 2020/12/01

		Unidade Monetária (EUR)	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	21	9.016.503,69	9.230.110,41
ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		278.814,02	711.915,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-6.555.884,69	-272.906,67
Fornecimento e serviços externos		-6.555.884,69	-7.193.635,01
Gastos com o pessoal	29	-287.779,50	-372.949,33
Imparidade investimentos não depreciables / amortizáveis			
Outros rendimentos e ganhos	24	45.353,07	403.594,38
Outros gastos e perdas	24	-83.683,06	-123.648,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.413.323,53	2.382.481,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-89.809,57	-73.936,32
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.323.513,96	2.308.544,73
Resultado antes de Impostos		2.323.513,96	2.308.544,73
Imposto sobre o rendimento do período	26	-494.116,90	-390.238,40
Resultado líquido do período		1.829.397,06	1.918.306,33
Resultados das actividades descontinuadas (líquido de impostos)			
O CONTABILISTA CERTIFICADO		A GERENCIA	